



CURITIBA

ATA 01/2020 - Comitê de Estudo e Planejamento para retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Curitiba em decorrência da pandemia de COVID-19

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às quinze horas e trinta minutos, no formato de videoconferência, foi realizada a primeira reunião do Comitê de Estudo e Planejamento para o retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Curitiba. A Superintendente de Gestão Educacional da Secretaria Municipal da Educação, Andressa Pereira, iniciou a reunião verificando a presença dos membros do comitê no ambiente virtual, dando as boas-vindas e apresentando o segmento a que cada um pertence. Todos os membros indicados no Decreto n.º 998/2020 estavam presentes, conforme relação anexa. Informou aos participantes que, para efeito de ata, a reunião estava sendo gravada por ela e contava com a presença das servidoras Lorena Aparecida Gritz e Marcia Edlaine Monteiro Baptista. Dando sequência, a Presidente do Comitê e Secretária Municipal da Educação, Maria Sílvia Bacila, tomou a palavra dando boas-vindas aos participantes e discorrendo sobre o objetivo do Comitê que é o de estudar ações e estruturar um protocolo que garanta a segurança dos profissionais, estudantes e familiares no retorno das aulas presenciais nas unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino. Esclareceu que não cabe ao Comitê decidir sobre o retorno às atividades presenciais uma vez que, assim como as demais Secretarias, a Secretaria Municipal da Educação está subordinada às orientações do Comitê de Técnica e Ética Médica da Secretaria Municipal da Saúde. Ressaltou que o papel deste Comitê será o de construir um documento a partir da conversa que os representantes terão com seus pares, do estudo de documentos norteadores e das discussões que acontecerão nas reuniões para propor ações responsáveis que sejam aplicadas nas unidades educacionais garantindo um ambiente seguro e saudável para todos os envolvidos. A Secretária sugeriu que as reuniões aconteçam às segundas-feiras, no horário das quinze horas e trinta minutos, no formato de videoconferência. A sugestão foi aceita por todos os participantes. Ficou acordado que os membros do Comitê receberão, por e-mail, arquivos de documentos para leitura e apropriação do tema a ser discutido na próxima reunião, e que, trarão as dúvidas e sugestões levantadas a partir da escuta dos pares. A Superintendente Andressa abriu a reunião para comentários dos demais membros que desejassem se manifestar. O Superintendente Executivo Oséias Santos de Oliveira ressaltou a importância da



elaboração desse documento citando as ações que o departamento de logística tem realizado juntamente com os gestores das unidades na entrega dos kits de alimentação e das atividades complementares. O representante do SISMMAC, Wagner Rodrigues Batista, solicitou que ficasse registrado a falta de igualdade na composição do Comitê diante da amplitude da discussão. A Superintendente Andressa esclareceu que este Comitê não terá caráter de votação, daí não haver a necessidade de paridade entre o número de representantes dos segmentos. Ressaltou ainda que é muito importante que cada representante realize a escuta dos seus pares para contribuir com os elementos necessários à construção do documento. A Assessora do Gabinete da Secretaria Municipal da Saúde, Raquel Ferraro Cubas, parabenizou a iniciativa da Secretaria Municipal da Educação. O representante Wagner Batista disse que considera importante que o Comitê tenha conhecimento dos critérios que são utilizados pela Secretaria Municipal da Saúde para decidir pela prorrogação da suspensão ou retorno das aulas presenciais. A Secretária Maria Sílvia concorda com a relevância de se ter o conhecimento das regras da SMS para estabelecer as bandeiras de acordo com o nível de risco. Ressalta ainda que, apesar da participação do Diretor do Centro de Epidemiologia da SMS, Alcides Augusto Souto de Oliveira, o Comitê não tem a competência das autoridades sanitárias para tomadas de decisões. Que o resultado dos estudos será encaminhado para validação do Comitê de Técnica e Ética Médica da Secretaria Municipal da Saúde. Encerrados os comentários, a Secretária Maria Sílvia encerrou a reunião reiterando a solicitação do Prefeito Rafael Greca de que cada um cuide de si e de todos.

Relação do Participantes da Reunião:

Nome	Segmento	Observação
Maria Sílvia Bacila	SME	Secretária Municipal da Educação
Oseias Santos de Oliveira	SME-E	Superintendente Executivo
Andressa Woellner Duarte Pereira	SGE	Superintendente de Gestão Educacional
Simone Zampier da Silva	DEF	Diretora - Departamento de Ensino Fundamental



CURITIBA

Kelen Patricia Collarino	DEI	Diretora - Departamento de Educação Infantil
Angela Cristina Piotto	CEFAR	Coordenadora – Coordenadoria de Equidade, Família e Rede de Proteção
Gislaine Coimbra Budel	DIAEE	Diretora - Departamento de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado
Maria Cristina Brandalize	DEL	Diretora – Departamento de Logística
Adriano Mario Guzzoni	CRFD	Coordenador – Coordenadoria de Recursos Financeiros Descentralizados
Elizabeth Dubas Laskoski	DPEI	Diretora - Departamento de Planejamento, Estrutura e Informações
Rita Andreia Moro Senco Zem	NRE	Chefe - Núcleo Regional de Educação Pinheirinho
Denise Luciene Lipinski Rutkoski	NRE	Chefe - Núcleo Regional de Educação Santa Felicidade
Andreia do Rocio Marques da Luz	CMAEE	Gestora - CMAEE Prof. ^a Maria Julieta Alves Maly
Giovanna Mlynarczyk Muller	Escolas Municipais	Gestora – Escola Municipal de Educação Especial Ali Bark
Oreste Galastri Junior	Escolas Municipais	Gestor - Escola Municipal São Miguel – NRE-CIC
Teresinha de Jesus Alves Ribeiro	Escolas Municipais	Gestora - Escola Municipal Santa Ana Mestra – NRE-TQ
Elisângela de Fatima Ribeiro de Andrade	Escolas Municipais	Gestora - Escolas Municipal Heráclito Fontoura Sobral Pinto – NRE-BN
Gisele Pachulski	CMEIs	Gestora - CMEI Ivonete Rosa de Souza – NRE-PN
Roberta Fabiane de Oliveira	CMEIs	Gestora - CMEI Prof. Osny Dacol – NRE-CJ
Anen Carolina de Souza Pereira	CMEIs	Gestora – CMEI Tiradentes – NRE-BQ
Eliana Cristina Mansano	CME	Presidente – Conselho Municipal de Educação



CURITIBA

Karla de Melo Cavalli	Comunidade	Mãe de estudante – Escola Municipal Eny Caldeira – NRE-BV
Patrícia Lee Goes Cardoso	SGM	Secretária do Governo Municipal
Alcides Augusto Souto de Oliveira	SMS	Diretor do Centro de Epidemiologia
Raquel Ferraro Cubas	SMS	Assessora do Gabinete
Luciana Varassin	SMAGP	Superintendente de Gestão de Pessoal
Alessandra Calado de Melo Paluski	SMAGP	Superintendente de Administração
Wagner Rodrigues Batista	SISMMAC	Membro - Diretoria Colegiada
Fabiana Prado Caputti	SISMUC	Coordenação de Administração



ATA 02/2020 - Comitê de Estudo e Planejamento para retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Curitiba em decorrência da pandemia de COVID-19

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às quinze horas e trinta minutos, no formato de videoconferência, foi realizada a segunda reunião do Comitê de Estudo e Planejamento para retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Curitiba. A Secretária Municipal da Educação, Maria Sílvia Bacila, iniciou a reunião cumprimentando os participantes e ressaltando que o material elaborado pelo Comitê, a partir dos estudos e discussões nessas reuniões, será submetido ao Comitê de Técnica e Ética Médica da Prefeitura Municipal de Curitiba para que, quando as aulas forem retomadas, subsidie as ações nas unidades educacionais. Reitera a informação de que não há uma previsão para o retorno das aulas presenciais. Passa a palavra à Superintendente de Gestão Educacional, Andressa Pereira, para que conduza a reunião. Inicialmente, a Superintendente realizou a leitura da Ata da reunião anterior e solicitou que todos os participantes se manifestassem no chat dando sua anuência ou realizando algum apontamento pertinente. Diante da concordância de todos, deu continuidade à reunião abrindo espaço para que cada participante fizesse uma exposição, de até cinco minutos, sobre a leitura do tema nos materiais de apoio encaminhados pela SME e sobre a conversa com seus pares, conforme acordado na reunião anterior. Explicou que, a partir dessas contribuições, irá esboçar um documento para ser discutido, adequado e complementado nas próximas reuniões para que seja construído o protocolo do Comitê. Dando início às exposições, o Superintendente Executivo, Oséias Santos de Oliveira, dá destaque ao material da Fiocruz ressaltando a importância de um trabalho intersetorial na construção desse Protocolo. Aponta a questão da limpeza das unidades educacionais que é realizada por colaboradores de empresas terceirizadas e a importância de se estabelecer diretrizes bem pontuais e específicas que vão além das estabelecidas pelas empresas. Ressalta que as equipes de limpeza deverão ter, além da informação, formação específica para atender ao exposto no protocolo. Destaca ainda a importância de constar no documento orientações para utilização dos recursos descentralizados pelos gestores das unidades para aquisição de equipamentos de higiene e prevenção, lembrando que a SME já vem fazendo a aquisição e distribuição desses equipamentos/produtos (tapete sanitizante, álcool gel, termômetro digital, máscara, luvas, entre outros) para as unidades.



A Diretora do Departamento de Ensino Fundamental, Simone Zampier da Silva, destaca a importância de se elaborar um protocolo equânime, que traga informações seguras, de largo alcance e que contemple todos os segmentos envolvidos no processo educacional para que os espaços sejam bem utilizados e com segurança. Traz a reflexão do grande desafio que a SME tem vivenciado desde o início da pandemia destacando as ações como as videoaulas, as atividades pedagógicas complementares, o diálogo entre os núcleos e as unidades educacionais e reforça que o eixo do trabalho educativo é o conhecimento e que deve ser tratado na perspectiva de equidade. A Diretora do Departamento de Educação Infantil, Kelen Patrícia Collarino, faz os apontamentos necessários para um olhar voltado ao público específico da educação infantil que são as crianças de zero a cinco anos de idade. Destaca que o trabalho realizado na educação infantil busca proporcionar experiências significativas no cotidiano das crianças, que na busca de experiências está a livre circulação nos espaços internos e externos dos CMEIS, daí a dificuldade em se pensar em organização de carteiras com distanciamento, não compartilhamento de brinquedos dentre outros. Fala ainda da questão do cuidar e educar, lembra que a criança vem do colo do familiar e é entregue no colo dos profissionais da unidade, que tem essa necessidade de contato físico com o profissional que está cuidando e educando, assim como com as demais crianças, e questiona como se daria o distanciamento que se faz necessário num protocolo. Diante dos exemplos citados, pede um cuidado com esse público na elaboração do protocolo de retorno das atividades presenciais. A Coordenadora da CEFAR, Angela Cristina Piotto dá ênfase para o material da *Early Childhood Association* que proporciona uma reflexão sobre a elaboração de um protocolo como que se estivesse realizando um *tour* pela escola, pensando no estudante desde a sua chegada na unidade educacional e toda a sua rotinas nos espaços escolares, com dicas práticas de segurança. Ressalta a necessidade de uma boa fundamentação teórica e das legislações como base para construção desse protocolo, e destaca a importância de ações práticas, seguras e significativas para as crianças e estudantes dentro do espaço educacional. A Diretora do Departamento de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado, Gislaine Coimbra Budel, dá destaque para os pareceres número cinco e número onze do Conselho Nacional da Educação que restringe o atendimento presencial à crianças e adolescentes autistas ou com deficiência intelectual, durante a pandemia, por não terem a compreensão



das regras de higiene social e pela necessidade afetiva do toque, do abraço. Lembra que os documentos apontam a autonomia dos municípios para organizar esse retorno e pede um olhar atento dos membros do Comitê às especificidades da Educação Especial. Aponta para a questão do ônibus que realiza o transporte dos estudantes para as escolas frisando que a questão da higienização é possível de ser adequada, porém, manter o distanciamento se torna inviável. Descreve que a restrição apontada nesses documentos não é bem aceita por um grupo de pais que entende como cercear o direito à educação, mas, que um outro grupo é favorável ao não retorno imediato dos estudantes, preocupado com a questão da preservação da saúde dos mesmos. Comenta ainda sobre a retomada do atendimento Educacional Especializado que vem acontecendo de forma remota, assim como o atendimento às famílias. A Diretora do Departamento de Logística, Maria Cristina Brandalize, diz haver questões comuns entre os documentos lidos, mas que a questão da orientação é primordial para um retorno seguro dos estudantes. Destaca sua preocupação em relação ao trabalho bastante específico que deverá ser feito com as colaboradoras das empresas terceirizadas. Ressalta que o protocolo de limpeza deve estar bem documentado para que seja conhecido e cumprido por todos. Destaca que as orientações em relação à utilização dos espaços deverão ser muito bem detalhadas, cita o exemplo dos bebedouros e dos refeitórios que não poderão ser utilizados. Fala ainda da sensibilização dos gestores das unidades em criar uma reserva de recursos descentralizados para aquisição emergencial de produtos e/ou equipamentos necessários. O Coordenador de Recursos Financeiros Descentralizados, Adriano Mario Guzzoni, estava sem áudio, mas deixou registrado no chat a seguinte consideração “até agora já verificamos a compra de diversos itens específicos do COVID 19, porém, não são muitas unidades que providenciaram material até o momento. Aumentou a partir da última parcela, porém é necessário que seja reforçado a necessidade junto às unidades”. A Chefe do Núcleo Regional de Educação Pinheirinho, Rita Andreia Moro Senco Zem, relata já ter iniciado a escuta dos diversos segmentos em seu núcleo e que as escolas trazem as angústias dos pais com um possível retorno das atividades presenciais. Lembra que a SME já tem um caminho, já iniciou um processo de proximidade com as famílias através da entrega dos kits de alimentação e das atividades complementares. Destaca para a importância de se pensar na acolhida desses estudantes no que diz respeito aos aspectos emocionais. A Chefe do Núcleo Regional de



Educação Santa Felicidade, Denise Luciene Lipinski Rutkoski, fala da sua angústia em relação às questões de aprendizagem e de socialização das crianças/estudantes. Fala da importância de um trabalho articulado entre núcleo de educação, equipes gestoras e famílias dos estudantes, uma vez que muitas das questões transcendem as atribuições dos gestores. Ressalta a preocupação em continuar subsidiando as equipes das unidades escolares para que cada segmento sinta segurança em desempenhar seu papel no que diz respeito à formação humana que também pode ser entendida como manutenção da vida. A Diretora do CMAEE Professora Maria Julieta Alves Malty, Andreia do Rocio Marques da Luz, ressalta a importância de se pensar no acolhimento dos profissionais e das crianças no que diz respeito às questões emocionais. Fala da necessidade de um processo de colaboração e empático para a escuta e acolhimento das famílias. Ressalta a importância de um documento bem elaborado que dê conta de todas as transformações na rotina dos estudantes no ambiente escolar. Cita que considera importante o aumento no número de profissionais que realizam a limpeza das unidades a fim de garantir que ocorra com eficácia. A Diretora da Escola Municipal de Educação Especial Ali Bark, Giovanna Mlynarczyk Muller, faz apontamentos em relação à especificidades das escolas de educação especial com ênfase na necessidade de se ter um protocolo bem específico para cada segmento, como no caso dos inspetores que realizam troca de fraldas e de sondas gástricas, demandando cuidados no manuseio de secreções. Ressalta que o protocolo para esses estudantes se inicia no Sites, onde as atendentes já deverão fazer a primeira triagem com a medição de temperatura e a higienização. Traz ainda a questão dos profissionais do grupo de risco, que devem ser respaldados, mas precisa ser pensado na falta desses profissionais na unidade. Destaca a questão da alimentação que precisa ser repensada por conta do espaço físico e do tempo para higienização, assim como o recreio e a organização das salas de aula que têm mesas compartilhadas. Cita a questão comportamental dos estudantes, muito semelhante às crianças da educação infantil em relação à afetividade, contato físico, compartilhamento de materiais, estimulação com manuseio de materiais. Relata já ter organizado um kit para cada sala de aula com máscara, álcool gel, luva e papel descartável. Informa ainda que já agendou reuniões com a equipe da escola, com os Pais do Conselho e com diretoras das outras escolas de educação especial para uma escuta que contribua na construção do Protocolo. O Diretor



da Escola Municipal São Miguel, Oreste Galastri Junior, fala da grande responsabilidade de participar do Comitê e da importância da elaboração desse documento que irá proporcionar tranquilidade e segurança aos profissionais que atendem os estudantes dos anos finais. Em relação à enquete realizada com os pais dos estudantes, relata que oitenta e cinco por cento dos participantes mostraram-se contrários ao retorno das aulas presenciais. Retoma a preocupação com o transporte escolar particular, como as Vans, apontando para necessidade de um trabalho que garanta a saúde do estudante enquanto está se deslocando para a escola. Em relação aos profissionais do grupo de risco, afirma que precisa ser pensado no contingente desses profissionais para que não comprometa o trabalho pedagógico com os estudantes. Fala ainda da necessidade de constar questões muito detalhadas e objetivas no protocolo, dando o exemplo da especificação dos produtos que podem e devem ser utilizados no tapete sanitizante. A Diretora da Escola Municipal Santa Ana Mestra, Teresinha de Jesus Alves Ribeiro, relata sua preocupação com o retorno das atividades nas UEs desde a organização dos espaços que são com mesas para grupos de estudantes, como as demais rotinas como almoço e recreio. Relata que noventa por cento dos pais mostraram-se contrários ao retorno das aulas presenciais, na enquete realizada, mas que sua angústia maior é em relação aos dez por cento que desejam o retorno imediato. Afirma que precisa ter uma parceria muito bem estruturada com a unidade de saúde e com a Rede de Proteção a fim de garantir que a família preste o atendimento imediato ao estudante que venha a apresentar algum sintoma da COVID no período em que está na escola. Relata ter essa preocupação por perceber, na entrega dos kits, que algumas famílias estão alheias às informações e cuidados necessários. Destaca a importância de um protocolo bastante claro em relação ao atendimento do profissional ou do estudante com sintomas, assim como no investimento de uma ampla divulgação do protocolo para a comunidade. A Diretora da escola Municipal Heráclito Fontoura Sobral Pinto, Elisângela de Fátima Ribeiro de Andrade, dá destaque ao Parecer 11/2020 do CNE e ao Manual de Biossegurança e relata compreender que, nesse momento, deve-se ter um olhar bem sensível e específico ao acolhimento dos profissionais, estudantes e famílias no que diz respeito às questões socioemocionais e à realização de um trabalho bem prático de ensinar a higienização e o uso correto dos equipamentos. Ressalta a questão dos estudantes da EJA e de inclusão no que diz respeito à afetividade e o distanciamento



necessário. A Diretora do CMEI Ivonete Rosa de Souza, Gisele Pachulski, relata ter conversado com os pais e percebido uma postura bem consciente dos mesmos quando apontam que não é viável o retorno do atendimento aos bebês nos CMEIs. Destaca a importância de uma comunicação bastante efetiva com as famílias para que as informações cheguem de forma clara e corretas evitando entendimentos equivocados ou angústias desnecessárias como o medo de perder a vaga caso não retorne com a criança ao CMEI no retorno do atendimento presencial. Ressalta ainda a importância de que o protocolo chegue aos pais num formato simples e esclarecedor para que consigam visualizar a rotina da criança no CMEI, levando tranquilidade e segurança aos mesmos. A Diretora do CMEI Professor Osny Dacol, Roberta Fabiane de Oliveira, reforça a complexidade do documento que será elaborado e a necessidade de acolhimento dos profissionais que estarão na linha de frente para o atendimento das crianças. Ressalta a especificidade das crianças da educação infantil e do trabalho com as interações e brincadeiras, apontando para a inviabilidade de se pensar no cuidar e educar de forma dissociada. Lembra que os bebês são muito contato: colo, chão, experiências, o que considera inviabilizar um retorno imediato às atividades presenciais. Aponta, também, como fatores que prejudicam o retorno do atendimento presencial às crianças da educação infantil o comprometimento do abastecimento de água em nossa cidade e as mudanças climáticas que acontecem durante o dia e que demandam várias trocas de roupa aumentando o contato com as crianças. Reforça ainda a ação compartilhada entre diferentes setores na construção do protocolo, como apontado no documento da UNDIME. Relata que noventa e cinco por cento dos pais que participaram da enquete não são favoráveis ao retorno das atividades presenciais no CMEI. A diretora do CMEI Tiradentes, Anen Carolina de Souza Pereira, fala da grande caminhada que a Educação Infantil teve com o aprender através de interações e brincadeiras e que isso não pode se perder nesse processo de retorno das atividades presenciais. Relata que noventa por cento dos pais que participaram da enquete não se sentem seguros em mandar os filhos para o CMEI nesse momento. Aponta para a necessidade de se pensar, na elaboração do protocolo, em ações para o atendimento à criança que apresente febre ou algum outro sintoma até a chegada da família no CMEI. A presidente do Conselho Municipal de Educação, Eliana Cristina Mansano, reitera a importância da articulação entre SME e SMS para organização do



CURITIBA

cotidiano escolar. Ressalta ainda que deve ser pensado tanto nas questões de higiene, quanto pedagógicas para um retorno às aulas presenciais. Explica que o Conselho Nacional de Educação orienta a formação de Comissões/Comitês como esse para discutir esses protocolos e que o Conselho Municipal de Educação também tem a prerrogativa de avaliar todas as abordagens. Destaca como ponto importante a se pensar a flexibilização da modalidade da oferta das aulas para que as famílias possam fazer a opção do ensino presencial ou remoto. A Sra. Karla de Melo Cavalli, presidente da APPF e mãe de estudantes matriculados na Escola Municipal Eny Caldeira, relata a angústia dos pais em relação ao medo de um retorno anterior à vacina devido ao distanciamento e à quantidade demandada de material de higiene. A representante da Secretaria do Governo Municipal, Patrícia Lee Goes Cardoso, ressalta a importância de as famílias terem autonomia para decidir pelo retorno às aulas, devendo a SME manter a oferta das aulas pelo canal aberto de TV. Entende que a oferta da modalidade presencial concomitante à não presencial ajudaria na organização dos espaços e rotinas das escolas. O Diretor do Centro de Epidemiologia da SMS, Alcides Augusto Souto de Oliveira, enfatiza que o retorno das aulas presenciais deve ser programado e gradativo, pois, o cenário atual não permite uma abertura abrupta. Para isso, se faz necessário ter bem definido o modelo de retorno, se presencial, semipresencial, misto, tendo a clareza de que estamos trabalhando com a premissa de proteção à vida de toda comunidade escolar. Outro aspecto importante é um bom e amplo diálogo com toda a comunidade escolar preparando esse retorno. Ressalta que a SMS pode contribuir muito na construção de um modelo de biossegurança com procedimentos operacionais padrão que respeite a especificidade de cada segmento. A Assessora do Gabinete da SMS, Raquel Ferraro Cubas, fala da importância de se criar um POP (Procedimento Operacional Padrão)- documento que discrimine cada segmento da comunidade escolar e cada espaço para nortear a elaboração dos protocolos. Destaca a importância de se definir procedimentos práticos para agir em casos de suspeita dentro das unidades escolares e formas de interrupção da cadeia de transmissão do vírus. Ressalta a importância, a responsabilidade e o entusiasmo de estar contribuindo para a construção desse documento. A Chefe do Núcleo Setorial de Gestão de Pessoal da Educação, Márcia Larangeira Rover, representando a Superintendente de Gestão de Pessoal, coloca-se à disposição para estudar e discutir as questões pertinentes aos



recursos humanos como afastamentos, substituições e outras demandas de profissionais das unidades escolares. A Superintendente de Administração, Alessandra Paluski, segue representada pelo Chefe do Núcleo Setorial Administrativo, Franklin Mendes Júnior. Este não conseguiu apresentar suas considerações por problemas com o áudio do seu computador. O Diretor do SISMMAC, Wagner Rodrigues Batista, enfatiza a campanha dos sindicatos que é “volta segura somente com vacina” e a condição do magistério para o retorno que é a testagem e todos os trabalhadores. Traz a contribuição dos demais diretores do sindicato que é a preocupação dos pais com os casos de crianças assintomáticas que trazem grande risco aos colegas e professores., mesmo com a existência de um protocolo. Cita a preocupação com o número de profissionais de limpeza das unidades e com a quantidade de produtos e equipamentos de segurança, considerando que a higienização dos espaços e objetos deverá ser regular e frequente. Destaca a questão dos inspetores afirmando que o número de profissionais é menor do que o necessário nas unidades escolares, e que as adequações na rotina escolar irão demandar um número bem maior desses profissionais em cada equipamento. Fala da questão estrutural de algumas escolas que devem ser revistas para garantir questões mínimas como a ventilação do ambiente. Pede atenção para a demanda do professor no caso do trabalho híbrido, da oferta da modalidade de ensino presencial e online. Finaliza solicitando o resultado da enquete realizada com os pais. A Coordenadora de Administração do SISMUC, Fabiana Prado Caputti, destaca os documentos da Sociedade Brasileira de Pediatria e da APER. Aponta a preocupação com a orientação de interrupção da entrega de alimentos por empresas terceirizadas, pois, os CMEI não têm estrutura para realizar o preparo das refeições para os estudantes. Ainda em relação a questão estrutural destaca a preocupação com o horário e espaço para alimentação dos servidores dos CMEIs. Em relação ao número de profissionais nas unidades, acredita que com o retorno presencial haverá um aumento no número de afastamento de profissionais que são do grupo de risco, comprometendo a rotina das unidades. Pontua que deve ser pensado numa forma de fiscalização do cumprimento dos protocolos dentro das unidades. Reitera a campanha dos sindicatos que é a volta segura somente com vacina. Finalizados os apontamentos, a Superintendente Andressa Pereira pede a palavra para fazer algumas considerações. Agradece a contribuição de todos ressaltando a importância de entender o



perfil de cada segmento para permear a escrita do material. Sugere que os membros participantes compartilhem os materiais lidos com seus pares e que encaminhem as contribuições e complementações para o e-mail sgesme@curitiba.pr.gov.br. Observa que fazem parte do Comitê representantes dos diferentes segmentos/modalidades de ensino e de todas as regionais, abrangendo as diversas especificidades. Reitera que a construção do protocolo não anuncia o retorno das aulas presenciais, mas, que é sabido que a postura de todos os envolvidos no processo educacional será diferente após essa pandemia. Lembra que a intenção da elaboração do documento não é a de criar pânico, ao contrário, é preparar um retorno seguro e responsável. Esclarece que a enquete que está sendo realizada nas unidades educacionais é uma iniciativa da SME para conhecer e entender a postura dos pais diante de um retorno de atividades presenciais. Reitera a orientação da Secretária Maria Sílvia Bacila de que as aulas online deverão ser mantidas até o final do ano letivo, independente de termos a autorização para o retorno presencial. Combina com os presentes que fará a minuta da escrita inicial do documento para que na próxima reunião seja discutido, adequado, complementado, ponto a ponto. Em relação ao apontamento do SISMUC sobre a necessidade de fiscalização do cumprimento do protocolo, sugere que sejam criados Comitês Locais em todas as unidades educacionais com representantes que discutam a efetividade e as fragilidades, monitorando e garantindo o cumprimento dos protocolos de segurança. Ressalta que as pedagogas de referência dos NREs auxiliarão nesse processo. O Superintendente Oséias de Oliveira encerra a reunião agradecendo a contribuição e disponibilidade de todos. Segue anexa a relação de todos os presentes. **Em tempo, o Diretor do SISMMAC, Wagner, solicita que inclua na ata sua fala de que “não pode confiar nesses protocolos e na prefeitura porque mesmo nestas entregas de kits alimentação e atividades pedagógicas (muito menos complexas que as aulas presenciais) não têm sido garantidas, por exemplo as máscaras de acrílico (faceshield) como EPI para todos os servidores que estão trabalhando”. A chefe do NRE-SF, Denise esclarece que sua preocupação é com a dualidade de entendimento entre membros da comunidade escolar, pois, enquanto um grupo defende a continuidade da suspensão das aulas presenciais com base na preocupação com a saúde, outro grupo defende o retorno das aulas presenciais com foco na socialização e com o receio de que**



haja prejuízo pedagógico para os estudantes. Ressalta que nesse momento, vê como crucial a criação desse protocolo com foco na preservação da vida.

Relação do Participantes da Reunião:

Nome	Segmento	Observação
Maria Sílvia Bacila	SME	Secretária Municipal da Educação
Oseias Santos de Oliveira	SME-E	Superintendente Executivo
Andressa Woellner Duarte Pereira	SGE	Superintendente de Gestão Educacional
Simone Zampier da Silva	DEF	Diretora - Departamento de Ensino Fundamental
Kelen Patricia Collarino	DEI	Diretora - Departamento de Educação Infantil
Angela Cristina Piotto	CEFAR	Coordenadora – Coordenadoria de Equidade, Família e Rede de Proteção
Gislaine Coimbra Budel	DIAEE	Diretora - Departamento de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado
Maria Cristina Brandalize	DEL	Diretora – Departamento de Logística
Adriano Mario Guzzoni	CRFD	Coordenador – Coordenadoria de Recursos Financeiros Descentralizados
Elizabeth Dubas Laskoski	DPEI	Diretora - Departamento de Planejamento, Estrutura e Informações
Rita Andreia Moro Senco Zem	NRE	Chefe - Núcleo Regional de Educação Pinheirinho
Denise Luciene Lipinski Rutkoski	NRE	Chefe - Núcleo Regional de Educação Santa Felicidade
Andreia do Rocio Marques da Luz	CMAEE	Gestora - CMAEE Prof. ^a Maria Julieta Alves Malty
Giovanna Mlynarczyk Muller	Escolas Municipais	Gestora – Escola Municipal de Educação Especial Ali Bark
Oreste Galastri Junior	Escolas Municipais	Gestor - Escola Municipal São Miguel – NRE-CIC



CURITIBA

Teresinha de Jesus Alves Ribeiro	Escolas Municipais	Gestora - Escola Municipal Santa Ana Mestra – NRE-TQ
Elisângela de Fatima Ribeiro de Andrade	Escolas Municipais	Gestora - Escolas Municipal Heráclito Fontoura Sobral Pinto – NRE-BN
Gisele Pachulski	CMEIs	Gestora - CMEI Ivonete Rosa de Souza – NRE-PN
Roberta Fabiane de Oliveira	CMEIs	Gestora - CMEI Prof. Osny Dacol – NRE-CJ
Anen Carolina de Souza Pereira	CMEIs	Gestora – CMEI Tiradentes – NRE-BQ
Eliana Cristina Mansano	CME	Presidente – Conselho Municipal de Educação
Karla de Melo Cavalli	Comunidade	Mãe de estudante – Escola Municipal Eny Caldeira – NRE-BV
Patrícia Lee Goes Cardoso	SGM	Secretária do Governo Municipal
Alcides Augusto Souto de Oliveira	SMS	Diretor do Centro de Epidemiologia
Raquel Ferraro Cubas	SMS	Assessora do Gabinete
Márcia Laranjeira Rover, representando a Superintendente de Gestão de Pessoal Luciana Varassin	SMAGP	Chefe do NGPE
Franklin Mendes Junior, representando a Superintendente de Administração Alessandra Calado de Melo Paluski	SMAGP	Chefe do NSA
Wagner Rodrigues Batista	SISMMAC	Membro - Diretoria Colegiada
Fabiana Prado Caputti	SISMUC	Coordenação de Administração



ATA 03/2020 - Comitê de Estudo e Planejamento para retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Curitiba em decorrência da pandemia de COVID-19

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às quinze horas e trinta minutos, no formato de videoconferência, foi realizada a terceira reunião do Comitê de Estudo e Planejamento para retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Curitiba. A Superintendente de Gestão Educacional, Andressa Pereira, iniciou a reunião realizando a leitura da ata da reunião anterior. Após a leitura, o representante do SISMMAC, Wagner Rodrigues Batista mandou via chat considerações a serem acrescentadas na sua fala e sugeriu que a ata seja encaminhada aos membros para que realizem a leitura e, no início de cada reunião façam apenas as considerações necessárias, visando otimizar o tempo para as demais discussões. A Secretária Municipal da Educação, Maria Sílvia Bacila, cumprimentou os participantes, compartilhou uma conversa que teve uma jornalista ressaltando para o grupo a importância do trabalho que esse Comitê está realizando e logo após, pediu licença para se retirar para atender outras demandas. A Superintendente Andressa Pereira explica aos participantes que realizou, com auxílio do Departamento de Logística, um rascunho do documento, conforme acordado na reunião anterior. Combinou com o grupo que, ao final da leitura de cada item, abrirá espaço para as contribuições dos participantes. Explica que iniciou o documento fazendo as considerações sobre documentos que justificam a importância e a necessidade da elaboração desse protocolo. Ressalta que há vários tópicos a serem abordados, inclusive o descritivo de cada segmento definindo o papel de cada um, mas, que é importante iniciar o documento atentando para os espaços das unidades educacionais. Após a leitura do tópico “Considerações Gerais”, A Diretora do CMEI Professor Osny Dacol, Roberta Fabiane de Oliveira, solicitou que seja incluído nesse tópico a lavagem de cobertas e lençóis. A Diretora do departamento de Educação infantil, Kelen Patrícia Collarino sugere adequação na redação do item que trata da retirada do lixo para “duas vezes ao dia ou mais, se necessário”. Feitos os apontamentos, a Superintendente retoma a leitura do documento passando para o tópico “Áreas Externas”. A presidente do Conselho Municipal de Educação, Eliana Mansano, sugere que fique documentada a retirada de todos os tapetes das unidades, permanecendo apenas os sanitizantes. O Superintendente Oséias esclarece que se faz necessário manter um tapete seco junto com



o sanitizante para retirada da umidade da sola dos calçados e evitar acidentes como quedas. A Diretora da escola Municipal Heráclito Fontoura Sobral Pinto, Elisângela de Andrade, relata ter adquirido para sua escola o tapete sanitizante duplo que tem uma base para utilização do produto e outra base seca. A Diretora do Departamento de Logística, Maria Cristina Brandalize, explica que o produto indicado para utilização nos tapetes sanitizantes é uma solução de água sanitária com água potável. A Assessora do Gabinete da Secretaria Municipal da Saúde, Raquel Ferraro Cubas, esclarece que a Vigilância Sanitária pode auxiliar nas especificações que se fizerem necessárias para complementação do documento. A Chefe do Núcleo Regional de Educação Santa Felicidade, Denise Luciene Lipinski Rutkoski, aponta a importância de constar no documento as orientações para organização dos espaços com marcadores para distanciamento e sentido único de fluxo. A Chefe do Núcleo Regional de Educação Pinheirinho, Rita Andreia Moro Senco Zem, alerta para a questão dos parquinhos dos CMEIs em relação ao distanciamento. A diretora Kelem alerta para a inviabilidade do uso do parquinho devido ao fluxo de crianças. A Diretora do CMEI Professor Osny Dacol, Roberta Fabiane de Oliveira, sugere que sejam discriminadas as outras áreas externas comuns dos CMEIs para que se determine a restrição ou o protocolo adequado para cada um. A Superintendente solicita que a diretora Kelen faça os apontamentos relacionando espaços e brinquedos das áreas externas dos CMEIs. A Chefe de Núcleo, Denise, sugere a indicação de proibição de cessão de espaço das unidades educacionais e a restrição do número de pessoas circulando pela unidade, como pais e prestadores de serviço, priorizando o atendimento online ou agendamento prévio. A Superintendente esclarece que essas recomendações são importantes e que devem constar nas atribuições dos gestores. A diretora Maria Cristina esclarece que as unidades educacionais deverão ser bem planilhadas, em termos de infraestrutura, para que ocorram as marcações e interdições. Entende que é a atribuição do gestor fazer essa organização, mas que a equipe de limpeza é corresponsável e deve sinalizar, pontuar, alertar o gestor, buscando um trabalho efetivo. A Superintendente Andressa complementa ressaltando que cada segmento tem sua atribuição específica, mas que se faz necessário que toda a comunidade escolar tenha internalizada a concepção de que a responsabilidade é de todos. Defende que todos os espaços e ações deverão ter um protocolo básico, específico



e padrão, bem sinalizado, uniformizando padrões mínimos. Encerradas as contribuições, passa a leitura para o item “Áreas Administrativas”. A Assessora Raquel esclarece que o produto adequado para higienização e desinfecção desses espaços e mobiliários é o álcool 70%, líquido. A diretora Maria Cristina esclarece que esses serviços já fazem parte do contrato com as empresas de limpeza e que as atribuições das colaboradoras vão além das expostas no documento, que as apontadas nesse protocolo são somente as adequações que se fazem necessárias em cada um dos espaços. A Chefe de Núcleo Denise sugere que conste no protocolo que, além da limpeza, haja a ação de prevenção, orientando para a assepsia das mãos antes de utilizar os equipamentos da área administrativa. A Superintendente indica utilizar essa orientação nas atribuições de cada um dos segmentos. O Diretor do Centro de Epidemiologia da SMS, Alcides Augusto Souto de Oliveira, ressalta que deve ser respeitado o protocolo de distanciamento social da SMS para organização das mesas nesse espaço, assim como delimitação do número de pessoas ocupando esse ambiente. Reforça ainda a importância de se orientar a ventilação do ambiente. A Assessora Raquel complementa que a informação da capacidade do espaço deve ser afixada em local visível. A Assessora da Secretaria do Governo Municipal, Patrícia Lee Goes Cardoso, sugere a instalação do painel de acrílico no balcão de atendimento à comunidade. A Superintendente Andressa passa para a leitura do item “Área de Circulação”. A Chefe de Núcleo Rita alerta para o excesso de mobiliários e objetos nos corredores de algumas unidades e sugere que seja orientada a retirada dos mesmos, diminuindo as superfícies de contato. A Diretora do Departamento de Planejamento, Estrutura e Informações complementa citando o excesso de objetos em cima de balcões e armários. A Diretora Kelen alerta para a retirada dos “cantos externos” dos CMEIs que são espaços e brinquedos para utilização das crianças ainda no espaço de circulação. A Diretora de Logística, Maria Cristina, complementa citando a retirada dos móveis, cabanas e tecidos dos espaços dos CMEIs. A presidente do CME, Eliana sugere repetir a orientação de marcação dos espaços nesse item, também. A Chefe de Núcleo, Rita, relembra que algumas unidades realizam o atendimento administrativo em locais afastados da área de entrada o que permitiria a circulação de familiares por uma grande parte das áreas da unidade. Sugere a adequação de espaço nessas unidades. A diretora Maria Cristina concorda com a orientação de que esses espaços sejam trazidos para



outros mais próximos à entrada na unidade. A Chefe de Núcleo Denise lembra da questão das rotas estabelecidas pelo Programa Conhecer para Prevenir nas unidades. A Diretora Maria Cristina esclarece que é provável que haja adequações na organização das rotas de evacuação do prédio. A Chefe de Núcleo Denise sugere que conste no documento estratégias para evitar aglomeração nos espaços das unidades, priorizando o atendimento online ou agendado, sempre que possível. A Chefe de Gestão de Pessoal, Márcia Rover, sugere fortalecer o uso dos e-mails institucionais para facilitar a comunicação entre escola e família. A Superintendente relata que com o trabalho remoto esse movimento de utilização do e-mail da unidade já iniciou, o que facilitará a ampliação e continuidade. Esclarece ainda que essas questões de priorização do atendimento remoto são importantes e deverão constar no item dos segmentos. A Diretora Maria Cristina sugere a suspensão do uso das longarinas ou a demarcação no assento para garantir o distanciamento durante o período em que houver pessoas aguardando atendimento. A Superintendente passa para a leitura do item “Sanitários”. A Assessora Patricia sugere que se altere a redação do documento para “no mínimo quatro vezes ao dia” para evitar o entendimento equivocado de que a higienização pode acontecer menos que isso. A Assessora Raquel sugere a inclusão do álcool 70% na relação dos materiais para reposição. A Chefe Rita aponta para o uso do *dispenser* de sabonete líquido, devido ao manuseio. Sugere em se pensar num dispositivo para acionamento com pedal. A Diretora Maria Cristina acrescenta que, se formos pensar nessa linha, existe a preocupação com o *dispenser* de papel toalha e com as torneiras que também são superfícies de contato. A Diretora Kelen fala do comprometimento do trabalho com a autonomia da criança nos CMEIs, pois esses necessitarão do auxílio do professor nesse processo devido a dificuldade para manuseio de alguns desses equipamentos. A Superintendente diz ser importante acrescentar essa orientação no segmento dos professores de educação infantil. A gestora Roberta sugere a inclusão da higienização das cubas e duchas dos trocadores, a Diretora Kelen complementa com a orientação para higienização dos espaços de banho quando esses forem utilizados, o que não é recorrente. O Diretor Alcides alerta para o cuidado com os excessos. Esclarece que o risco de contágio é maior em relação ao contato “aerosol” com gotículas de saliva dos espirros e tosse do que com as superfícies. Deve-se focar num bom protocolo de limpeza e higienização. A diretora de Logística reitera



a necessidade de se orientar a retirada de todos os objetos decorativos desses espaços facilitando a higienização. A Superintendente sugere dar a continuidade às discussões dos demais itens nas próximas reuniões delimitando o tempo de uma hora a uma hora e trinta minutos. Acorda que, conforme sugerido pelo professor Wagner, a Ata será encaminhada com antecedência para leitura e discutidas apenas as divergências no início da reunião, otimizando o tempo. A Assessora Raquel reitera a importância de o documento passar pela equipe de vigilância Sanitária para complementação das especificações técnicas necessárias. Solicita o espaço para trazer a solicitação do Conselho Municipal de Saúde de que a educação trabalhe com os estudantes o tema COVID -19. A Superintendente Andressa acolhe a recomendação e esclarece que ,nas videoaulas, dentro dos componentes curriculares, tem sido realizada a abordagem mais científica do tema, sempre utilizando uma linguagem adequada à faixa etária. Relata ainda que na entrega dos kits de alimentação e das atividades pedagógicas complementares são reforçadas as recomendações relativas aos cuidados de prevenção para as famílias. O professor Wagner reforça o posicionamento do magistério de que a volta segura é somente com a vacina, juntamente com o protocolo. Reivindica a testagem para todos os profissionais e a efetivação, a garantia dos equipamentos de segurança para todos os profissionais, pois entende que equipamentos como as máscaras de acrílico não estão sendo acessíveis para todos os profissionais envolvidos nas entregas dos kits “mostrando que a prefeitura não cumpre o já necessário”. Cita o caso da escola Nivaldo Braga, do NRE-BQ, que não houve testagem para todos os servidores que trabalharam com colega que infelizmente estava com Covid. Reitera o pedido de ter acesso ao resultado da enquete com os pais. A Superintendente confirma o recebimento do ofício solicitando esses dados e esclarece que ainda estão em processo de tabulação, e que serão disponibilizados quando concluídos. Esclarece que o protocolo adotado quando há caso confirmado de servidor contaminado é o servidor informar o Núcleo Regional de Educação. Esse realiza o contato com o Distrito Sanitário e a Secretaria Municipal da saúde assume o protocolo. A Assessora Raquel ressalta que as equipes da SMS estão bem atentas e capacitadas, e que seguem um protocolo bastante rígido e aprovado pela Sociedade Brasileira de Infectologia. A Coordenadora do SISMUC, Fabiana Prado Caputti, faz os seguintes apontamentos que julga necessário constar no documento: aumento no número de profissionais das equipes



de limpeza, considerar mais as especificidades dos CMEIs, especificar qual segmento fará as marcações, incluir a higienização dos colchonetes e tatames e os procedimentos que devem ser adotados em unidades em que não há janelas no espaço administrativo. Solicita ainda a minuta do documento para análise. A Superintendente esclarece que encaminhará o que foi esboçado do documento, em cada reunião, juntamente com a ata. Agradece a participação dos presentes, solicita que continuem trazendo as contribuições dos seus pares e encerra a reunião. Segue anexa a relação dos participantes e o documento discutido esboçado na reunião.

Anexo I - ATA 03/2020 - Comitê de Estudo e Planejamento para retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Curitiba em decorrência da pandemia de COVID-19 - Relação do Participantes da Reunião:

Nome	Segmento	Observação
Maria Sílvia Bacila	SME	Secretária Municipal da Educação
Oseias Santos de Oliveira	SME-E	Superintendente Executivo
Andressa Woellner Duarte Pereira	SGE	Superintendente de Gestão Educacional
Simone Zampier da Silva	DEF	Diretora - Departamento de Ensino Fundamental
Kelen Patricia Collarino	DEI	Diretora - Departamento de Educação Infantil
Angela Cristina Piotto	CEFAR	Coordenadora – Coordenadoria de Equidade, Família e Rede de Proteção
Gislaine Coimbra Budel	DIAEE	Diretora - Departamento de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado
Maria Cristina Brandalize	DEL	Diretora – Departamento de Logística
Adriano Mario Guzzoni	CRFD	Coordenador – Coordenadoria de Recursos Financeiros Descentralizados
Elizabeth Dubas Laskoski	DPEI	Diretora - Departamento de Planejamento, Estrutura e Informações
Rita Andreia Moro Senco Zem	NRE	Chefe - Núcleo Regional de Educação Pinheirinho



CURITIBA

Denise Luciene Lipinski Rutkoski	NRE	Chefe - Núcleo Regional de Educação Santa Felicidade
Andreia do Rocio Marques da Luz	CMAEE	Gestora - CMAEE Prof. ^a Maria Julieta Alves Malty
Giovanna Mlynarczyk Muller	Escolas Municipais	Gestora – Escola Municipal de Educação Especial Ali Bark
Oreste Galastri Junior	Escolas Municipais	Gestor - Escola Municipal São Miguel – NRE-CIC
Teresinha de Jesus Alves Ribeiro	Escolas Municipais	Gestora - Escola Municipal Santa Ana Mestra – NRE-TQ
Elisângela de Fatima Ribeiro de Andrade	Escolas Municipais	Gestora - Escolas Municipal Heráclito Fontoura Sobral Pinto – NRE-BN
Gisele Pachulski	CMEIs	Gestora - CMEI Ivonete Rosa de Souza – NRE-PN
Roberta Fabiane de Oliveira	CMEIs	Gestora - CMEI Prof. Osny Dacol – NRE-CJ
Anen Carolina de Souza Pereira	CMEIs	Gestora – CMEI Tiradentes – NRE-BQ
Eliana Cristina Mansano	CME	Presidente – Conselho Municipal de Educação
Karla de Melo Cavalli	Comunidade	Mãe de estudante – Escola Municipal Eny Caldeira – NRE-BV
Patrícia Lee Goes Cardoso	SGM	Secretária do Governo Municipal
Alcides Augusto Souto de Oliveira	SMS	Diretor do Centro de Epidemiologia
Raquel Ferraro Cubas	SMS	Assessora do Gabinete
Márcia Laranjeira Rover, representando a Superintendente de Gestão de Pessoal Luciana Varassin	SMAGP	Chefe do NGPE
Franklin Mendes Junior, representando a Superintendente de Administração Alessandra Calado de Melo Paluski	SMAGP	Chefe do NSA
Wagner Rodrigues Batista	SISMMAC	Membro - Diretoria Colegiada
Fabiana Prado Caputti	SISMUC	Coordenação de Administração



ATA 04/2020 - Comitê de Estudo e Planejamento para retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Curitiba em decorrência da pandemia de COVID-19

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, às quinze horas e trinta minutos, no formato de videoconferência, foi realizada a quarta reunião do Comitê de Estudo e Planejamento para retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Curitiba. A Secretária Municipal da Educação, Maria Sílvia Bacila, iniciou a reunião dando as boas-vindas e acolhendo os participantes. Lembrou a trajetória profissional da diretora do CMEI Erondy Silvério, Lucineia Drohomereschi e externou seu sentimento de profunda tristeza pelo falecimento da servidora, vítima da COVID 19, sugerindo um minuto de silêncio em homenagem a esta. Pediu que este Comitê continue os estudos com um olhar atento, sabedoria e coerência com o propósito de salvaguardar a vida dos estudantes, crianças e profissionais da RME, uma vez que o cenário atual não aponta para um retorno presencial das atividades escolares, sem segurança sanitária. Sinaliza que solicitará uma síntese dos estudos do Comitê para apresentar aos demais profissionais. Após o minuto de silêncio, dando continuidade à reunião, a Superintendente Andressa Pereira solicitou que os membros se manifestassem sobre a concordância ou não da Ata da reunião anterior, encaminhada previamente para apreciação de todos. Deixou acordado também, que todos deverão se pronunciar no e-mail, concordando ou realizando seus apontamentos para validação das Atas. O diretor do SISMMAC, Wagner Batista, apontou as adequações a serem feitas na sua fala e a coordenadora do SISMUC, Fabiana Caputti disse que encaminhará via e-mail seus apontamentos. A representante da SGM, Patrícia Cardoso, aponta para a questão acordada na reunião anterior de que os parquinhos das unidades educacionais seriam interditados devido à dificuldade de se manter o distanciamento e a higienização após o uso de cada brinquedo. Considera que essa questão deverá ser repensada, talvez limitando o número de crianças por período, considerando o direito ao lazer desses estudantes e crianças. A Superintendente esclarece que a discussão será retomada na sequência da reunião com a revisão do protocolo e passa a palavra ao Superintendente Oséias de Oliveira para que informe sobre as aquisições da SME com base no que já foi discutido na elaboração do protocolo. Este ressalta a constante preocupação da SME em adquirir e disponibilizar para as unidades educacionais tanto os itens de limpeza e higienização quanto os equipamentos de



segurança individuais. Informa que já foram enviadas às unidades, máscaras de tecido reutilizáveis, adquiridas em parceria com a SMAP, para distribuição aos profissionais. Cita também a parceria com a Fab Lab Cajuru que vem desde o início da pandemia trabalhando na produção de protetores faciais e agora estará direcionando sua produção para atender ao público da educação. Com essa parceria e com a compra para complementação da quantidade necessária, cada profissional da educação receberá um protetor facial. Cita também a parceria com a Eletrolux que fez a doação de cinco mil máscaras de acrílico que já foram encaminhadas às unidades educacionais. Informa ainda que foram adquiridos através de pregão eletrônico um mil e quinhentos totens para álcool gel, um mil e quinhentos termômetros digitais e seiscentos e setenta e cinco tapetes sanitizantes que já estão sendo entregues nas unidades educacionais. A diretora do Departamento de Logística, Maria Cristina Brandalize, lembra que todo processo licitatório demanda um longo prazo para tramitação e que por esse motivo a SME está se adiantando nas compras, para que quando houver o retorno, tenhamos os materiais e equipamentos necessários para cumprimento dos protocolos. Informa que o critério usado para determinar a quantidade dos totens de álcool gel e de termômetros digitais será o número de estudantes em cada unidade. As unidades com até trezentos estudantes receberão dois termômetros e dois totens, com trezentos e um a quinhentos estudantes receberão três termômetros e três totens e as unidade com quinhentos e um ou mais estudantes receberão quatro termômetros e quatro totens. Os tapetes sanitizantes serão distribuídos na quantidade de dois por escola e um por CMEI, entendendo que os acessos deverão ser restringidos no retorno das atividades para facilitar a aferição da temperatura e higienização das mãos na entrada das crianças/estudantes. Esclarece que os tapetes sanitizantes, os termômetros digitais e um totem já estão sendo entregues nas unidades. Os demais totens serão distribuídos conforme a empresa vá produzindo e entregando os lotes do produto. Explica que forma entregues à cada unidade quatorze protetores faciais que serão complementados com a produção da Fab Lab e com a compra, para que cada servidor receba um, e que a distribuição das máscaras de tecido reutilizáveis foram entregues com o critério de seis máscaras para os profissionais que atuam oito horas e quatro mascaras para os profissionais que atuam quatro horas, pensando num tempo bastante viável para higienização das máscaras. Informa ainda que para a entrega dos kits



de alimentação e de atividades complementares as unidades vem recebendo quarenta e cinco litros de água sanitária, quarenta e cinco litros de álcool gel, quinze litros de álcool líquido, trinta litros de sabonete cremoso, doze litros de desinfetante, sete mil folhas de papel toalha e quatro caixas de luva descartável, e que esses materiais vêm sendo repostos quinzenalmente ou mensalmente. Lembra ainda que a cada pagamento de parcela do Fundo Rotativo os gestores são orientados a reservar um montante para aquisição desses materiais e equipamentos. O diretor Wagner questiona sobre a quantidade e prazo para entrega dos protetores faciais e a diretora Maria Cristina esclarece que será disponibilizado um para cada profissional e que a entrega se dará mediante a produção da Fab Lab e a conclusão do processo de compra, não tendo como prever uma data. A diretora do DIAEE, Gislaine Budel, cita uma matéria lida reforçando a importância do uso da máscara de tecido ou descartável junto com o protetor facial, pois, este por si só não é eficaz para prevenção. Dando continuidade à reunião a Superintendente retoma as alterações feitas no protocolo durante as discussões da reunião anterior para verificar se há a concordância de todos. A diretora do departamento de Educação infantil, Kelen Collarino solicita que conste no documento a recomendação de que o uso de brinquedos só aconteça mediante rodízio de caixa de brinquedo. Só farão parte desse acervo, brinquedos que possam ser molhados para higienização. Em relação ao Parquinho, externa sua preocupação em relação a dificuldade em manter o distanciamento entre as crianças da educação infantil. A assessora da SGM, Patrícia, retoma seu apontamento do início da reunião esclarecendo que pensa no direito da criança ao lazer e no bem estar emocional das crianças/estudantes. Sugere que se estabeleçam parâmetros para uso do parquinho de acordo com a faixa etária e a metragem do espaço, flexibilizando o uso desse de acordo com a realidade de cada unidade educacional. O Diretor do sindicato do magistério, Wagner, reforça a preocupação da diretora Kelen quanto ao uso dos parquinhos, pois entende que não é só o espaço e sim o uso de brinquedos coletivos como escorregador e gangorra, inviabilizando a higienização após o uso de cada uma das crianças. Considera incoerente a flexibilização do uso de espaços coletivos nas unidades pensando no bem estar emocional e colocando em risco a integridade física da criança. Enfatiza que a resolução para a divergência quanto ao uso do parquinho é a volta somente com vacina. Ressalta a importância da autonomia da escola,



mas defende que os critérios estabelecidos pelo Comitê devem ser bem definidos, com orientações muito claras, que decisões como a de interditar ou não o parquinho devem ser definidas pelo Comitê e não pela unidade escolar sobrando a responsabilização para a unidade quando algo ocorrer. Reitera o tema da campanha do magistério que é a volta segura somente com a vacina, pois, entende que o retorno nesse momento seria uma tentativa de criar uma “bolha” para cada criança no espaço escolar, o que é inviável, e que pedagogicamente não há o menor sentido uma vez que a educação é baseada na interação social e construção coletiva. A assessora Patrícia esclarece que sua sugestão é para que as crianças façam a higienização das mãos antes de utilizar os espaços e não de higienizar constantemente os brinquedos, a exemplo dos demais espaços e áreas externas. A chefe do NRE-PN, Rita Zen, chama a atenção para a questão da construção do protocolo, lembrando que deverá ser adequado a cada fase. Concorde com o apontamento do sindicato no que diz respeito à unidade, mesmo que através do Conselho, definir a utilização ou não do parquinho. Defende que seja uma definição unificada por este Comitê. Sugere que num primeiro momento haja a interdição desse espaço, e que numa outra fase haja a flexibilização do uso com critérios bem definidos. Agregando ao que foi apontado até então, a superintendente Andressa sugere que seja criado no protocolo um item específico para o Parquinho com critérios bem definidos. Entende que o protocolo deve ser bem direcionado porque no cotidiano escolar presencial surgirão novas necessidades de adequação de critérios. Reitera a importância e necessidade de adequação do protocolo a cada tempo e ressalta que o retorno presencial, quando acontecer, será gradativo, considerando a faixa etária, iniciando pelos mais velhos. Quanto à relação espaço e quantidade de crianças no parquinho e outros espaços externos coletivos, tentará trazer mais detalhamento na próxima reunião. Encerradas as considerações, inicia a leitura do item “salas” do protocolo. A assessora do Gabinete da SMS, Raquel Cubas, sugere que a redação da periodicidade para limpeza das salas seja alterada para “a cada troca de turno e sempre que necessário”, considerando que há escolas com atendimento da EJA. Sugeriu também a periodicidade da higienização dos colchonetes, tatames e brinquedos para “a cada uso”. Em relação aos produtos de limpeza, a Diretora de Logística esclarece que cada gestor faz a aquisição de acordo com a necessidade da sua unidade e solicita auxílio da equipe da SMS para definição no



protocolo. A assessora Raquel orienta que superfícies mais tocadas e mobiliários como mesas e cadeiras sejam higienizados com álcool líquido setenta por cento, pois não necessita de enxague e evapora/seca rapidamente. Para as demais superfícies como chão, paredes, lixeiras, janelas, podem ser utilizados quaisquer outros produtos de limpeza desde que adequados e seguindo as especificações de uso adequadamente. Quanto à higienização dos brinquedos explica que os que possuem reentrâncias deverão ser lavados com água, sabão e escova e que se deve ter a atenção de que estejam secos, preferencialmente passado álcool, antes de serem armazenados em caixas fechadas. Brinquedos de superfície lisa podem ser higienizados apenas com álcool líquido. Quanto aos cobertores e lençóis, a diretora Kelen esclarece que os cobertores são individuais e identificados, permitindo um espaçamento maior entre a lavagem, já os lençóis são utilizados aleatoriamente e necessitam ser lavados após cada uso. O produto para higienização dos cobertores e lençóis deve ser água e sabão neutro. A Chefe de Núcleo, Rita, questiona sobre o uso de ventiladores e ar condicionado nas salas de aula. A Assessora Raquel esclarece que o protocolo deve orientar que seja utilizada a ventilação natural. O Diretor Wagner lembra que algumas escolas, com construção mais antiga, têm janelas basculantes, com pouca ventilação. A assessora Raquel esclarece que nesses espaços com pouca ventilação natural podem ser usados, eventualmente, os ventiladores, desde que bem higienizados. A gestora Giovanna Muller questiona sobre os materiais didáticos e a Superintendente esclarece que deverá ter um item específico para tratar desses materiais. O item seguinte são os espaços dos Refeitórios. A gestora Andreia da Luz sugere a alteração da periodicidade da limpeza do chão dos refeitórios para “sempre que necessário” considerando a especificidade dos CMAEEs onde os lanches acontecem com maior frequência devido à rotatividade de crianças/estudantes. A Superintendente sugere a inclusão do protocolo de distanciamento social, a identificação visível da capacidade de pessoas no ambiente. A gestora Giovanna sugeriu a marcação dos bancos do refeitório utilizando cores para identificar os espaços que podem ser utilizados ou não (vermelho x verde). A gestora Roberta de Oliveira, atenta para o uso de toalhas que são comuns nas mesas dos refeitórios e que devem ser retiradas nesse momento. A Assessora Raquel solicita informações sobre a forma como os lanches são servidos. A diretora Kelen explica a dinâmica dos CMEIs e fica acordado que não há como manter o



sistema de servimento pelas próprias crianças como acontece com as turmas de Pré. A diretora Maria Cristina informa que as nutricionistas do Departamento de Logística estão elaborando um protocolo técnico sobre as questões referentes à alimentação considerando alimentos, espaço, utensílios. Ficou acordado que esse documento será trazido para validação na próxima reunião e será incorporado a este protocolo maior. A Superintendente ressalta que essa questão do servimento, da autonomia, tanto nas Escolas, CMEIs e UEIs deverão ser sanadas em outros momentos, em outras atividades. A gestora Andreia da Luz aponta para o modo como os alimentos são armazenados para o transporte até as unidades. A Diretora Maria Cristina reitera que todas as equipes prestadoras de serviços deverão passar por formação bastante técnica para entender o momento, as necessidades e como prestar o serviço da maneira mais adequada. Esclarece que, assim como as demais empresas privadas, essas também estão tendo que adequar seus protocolos para poderem continuar prestando seus serviços. A gestora Giovanna atenta para a priorização do uso de descartáveis nesse momento. Em relação ao item transporte escolar, a Superintendente sugere que seja discutido na próxima reunião e que seja convidado um representante da URBS para participar desse momento. A Diretora Gislaire trará o protocolo do transporte do Sites para esse momento, também. A Superintendente sugere que comece a ser construído o protocolo sobre o item material didático/pedagógico. A gestora Giovanna traz as sugestões que pensou para a sua escola como: organização do material de estimulação – individual e sem troca de acordo com o planejamento do professor para cada estudante, acondicionado em caixas organizadoras e higienizados após cada uso; materiais didáticos/pedagógicos – caderno, papel sulfite, lápis de cor, estojo escolar – individual, nominal, acondicionados em pasta polionda (caixa de arquivo) e de uso exclusivo na escola. Aponta a questão das agendas que são de uso diário, e que são bastante manuseadas. A chefe de NRE Rita atenta para a questão da quantidade de cadernos, não utilizar um por matriz curricular. Sugeriu o uso de um caderno para casa e um para escola ou um caderno para escola e atividades avulsas para casa. A Superintendente ressalta que o primeiro momento do retorno deverá ser de muita conversa entre professores e estudantes para fortalecer a importância dos novos hábitos a serem adquiridos como não compartilhamento de materiais. A diretora Kelen fala da especificidade da Educação Infantil uma vez que trabalham com materiais compartilhados



como pincéis, tintas, giz jumbo, massinha de modelar. A Superintendente reitera que nesse momento as atividades deverão ser adequadas ao uso de materiais individuais, dentro do que é possível e acessível, assim como já vem acontecendo nas videoaulas, onde só é solicitado o material acessível ao estudante, o que pode ter na sua casa. Deve-se pensar no material coletivo numa perspectiva de possibilidade de higienização entre o uso ou restringir a utilização. Solicita que tragam sugestões para a próxima reunião, em relação às agendas escolares. A gestora Anen de Souza propõe orientações quanto às mochilas, pois as crianças de educação infantil e UEs costumam trazer roupas para troca além do material escolar. A assessora Raquel lembra que deve ser realizada a higienização externa das mochilas, mas, que se deve lembrar de reforçar os hábitos de higienização constante das mãos, assim como o uso da máscara e não tocar o rosto e/ou os colegas. Considera importante a fala da Superintendente no que diz respeito a reinventar as ações pedagógicas associadas às ações sanitárias. A Superintendente informa que, até sexta-feira, encaminhará a ata e a minuta do protocolo e solicita que todos retornem no corpo do e-mail a validação ou os apontamentos que desejem fazer na sua fala. O diretor do SISMMAC Wagner pediu a palavra e solicitou que constasse em ata seu repúdio às declarações da Secretaria Municipal da saúde quando diz que as escolas e CMEIs já deveriam estar abertas, culpabilizando os professores por estarem resistentes ao retorno e inviabilizando o atendimento às crianças/estudantes. Entende que as duas secretarias são uma mesma prefeitura, mas que os discursos não tem sido o mesmo, por isso pede que a SME ou a PMC se manifestem sobre tais declarações. Declara que entende que o do Comitê de Técnica e Ética Médica da Secretaria Municipal da Saúde é técnico, mas que percebe influência de empresários, outros segmentos e decisões políticas do prefeito Rafael Greca, citando como exemplo o protocolo adotado na primeira “bandeira laranja” que difere do atual. Reitera o pedido de divulgação dos dados da enquête realizada com os pais de estudantes sobre o retorno às aulas presenciais. Reitera a reivindicação do magistério de que a volta às aulas presenciais só aconteça após o acesso à vacina, citando o exemplo de Manaus que retornou às aulas com o Ensino Médio e que mais de quinze por cento dos profissionais testaram positivo para COVID. Sugere que seja disponibilizado a todos os membros do Comitê o documento elaborado pelo Ministério Público Federal, Ministério Público do Paraná e Ministério do Trabalho contrários ao retorno



das atividades presenciais nas unidades educacionais. Questiona ainda o protocolo da SMS em relação à testagem, entende que mascara os dados de identificação e rastreamento dos casos de infecção por COVID. A Coordenadora do SISMUC, Fabiane, reitera a reivindicação da volta segura somente com vacina e a questão da fiscalização para que haja a garantia do cumprimento dos protocolos nas unidades educacionais. Relata ter recebido denúncia de que gestores de CMEIs estariam solicitando aos professores de educação infantil que realizem visita domiciliar às famílias que não estão fazendo a retirada dos kits de atividades pedagógicas nas unidades. Manifesta seu repúdio ao que entende como falta de conhecimento da Secretária Municipal da Saúde em relação ao papel da educação e o trabalho desenvolvido na RME e espera que a SME se manifeste a esse respeito. A assessora da SMS, Raquel Cubas, esclarece que a fala da secretária da SMS mostra uma preocupação com os mais vulneráveis e ressalta que o trabalho técnico dessa Secretaria é muito sério, responsável e pautado em indicadores e critério técnicos bem definidos por protocolos nacionais e internacionais. A Superintendente Andressa reitera que todas as regionais que apresentaram casos de suspeita de COVID puderam contar com a parceria com os distritos sanitários e que estes foram bem resolutivos, reforçando essa parceria. A Chefe de NRE Rita esclarece que não há orientação alguma da SME para que os servidores vão até a casa dos familiares dos estudantes. Fala da importância de acolher as denúncias para que os Chefes acompanhem junto aos gestores. Esclarece que a FAS e o Conselho Tutelar estão auxiliando no contato com as famílias que não estão interagindo. O Diretor do SISMMAC, Wagner, solicita que essas orientações sejam reforçadas junto aos gestores e esclarece que seu questionamento é em relação ao protocolo de testagem e não sobre o fluxo entre Núcleos e Distritos Sanitários. Sem mais considerações, a Superintendente encerra a reunião. Segue anexa a relação dos presentes.

Anexo I - ATA 04/2020 - Comitê de Estudo e Planejamento para retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Curitiba em decorrência da pandemia de COVID-19 - Relação do Participantes da Reunião:

Nome	Segmento	Observação
Maria Sílvia Bacila	SME	Secretária Municipal da Educação



CURITIBA

Oseias Santos de Oliveira	SME-E	Superintendente Executivo
Andressa Woellner Duarte Pereira	SGE	Superintendente de Gestão Educacional
Simone Zampier da Silva	DEF	Diretora - Departamento de Ensino Fundamental
Kelen Patricia Collarino	DEI	Diretora - Departamento de Educação Infantil
Angela Cristina Piotto	CEFAR	Coordenadora – Coordenadoria de Equidade, Família e Rede de Proteção
Gislaine Coimbra Budel	DIAEE	Diretora - Departamento de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado
Maria Cristina Brandalize	DEL	Diretora – Departamento de Logística
Adriano Mario Guzzoni	CRFD	Coordenador – Coordenadoria de Recursos Financeiros Descentralizados
Elizabeth Dubas Laskoski	DPEI	Diretora - Departamento de Planejamento, Estrutura e Informações
Rita Andreia Moro Senco Zem	NRE	Chefe - Núcleo Regional de Educação Pinheirinho
Andreia do Rocio Marques da Luz	CMAEE	Gestora - CMAEE Prof. ^a Maria Julieta Alves Malty
Giovanna Mlynarczyk Muller	Escolas Municipais	Gestora – Escola Municipal de Educação Especial Ali Bark
Oreste Galastri Junior	Escolas Municipais	Gestor - Escola Municipal São Miguel – NRE-CIC
Teresinha de Jesus Alves Ribeiro	Escolas Municipais	Gestora - Escola Municipal Santa Ana Mestra – NRE-TQ
Elisângela de Fatima Ribeiro de Andrade	Escolas Municipais	Gestora - Escolas Municipal Heráclito Fontoura Sobral Pinto – NRE-BN
Gisele Pachulski	CMEIs	Gestora - CMEI Ivonete Rosa de Souza – NRE-PN
Roberta Fabiane de Oliveira	CMEIs	Gestora - CMEI Prof. Osny Dacol – NRE-CJ



CURITIBA

Anen Carolina de Souza Pereira	CMEIs	Gestora – CMEI Tiradentes – NRE-BQ
Eliana Cristina Mansano	CME	Presidente – Conselho Municipal de Educação
Patrícia Lee Goes Cardoso	SGM	Secretária do Governo Municipal
Alcides Augusto Souto de Oliveira	SMS	Diretor do Centro de Epidemiologia
Raquel Ferraro Cubas	SMS	Assessora do Gabinete
Márcia Laranjeira Rover, representando a Superintendente de Gestão de Pessoal Luciana Varassin	SMAGP	Chefe do NGPE
Franklin Mendes Junior, representando a Superintendente de Administração Alessandra Calado de Melo Paluski	SMAGP	Chefe do NSA
Wagner Rodrigues Batista	SISMMAC	Membro - Diretoria Colegiada
Fabiana Prado Caputti	SISMUC	Coordenação de Administração



ATA 05/2020 - Comitê de Estudo e Planejamento para retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Curitiba em decorrência da pandemia de COVID-19

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, às quinze horas e trinta minutos, no formato de videoconferência, foi realizada a quinta reunião do Comitê de Estudo e Planejamento para retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Curitiba. Os Superintendentes Andressa e Oséias iniciaram a reunião dando as boas-vindas aos participantes e apresentando os convidados Alessandro Cesar de Souza Alves e Alecio Reginaldo Giovanelli, responsáveis pelo setor de transporte particular da URBS, agradecendo a disponibilidade dos mesmos. Explica o objetivo do comitê e passa à leitura da minuta do protocolo sobre o transporte escolar. O Gestor de transporte particular da Urbs, Alessandro, fala da dificuldade em realizar a fiscalização diária em todos os momentos da prestação do serviço de transporte escolar, uma vez que não há efetivo para atender a essa demanda e pela natureza do contrato. O Sr. Alecio esclarece que o contrato se dá entre o prestador de serviço e os familiares e não com a PMC. Entende que deve haver a atenção e colaboração dos responsáveis pelos estudantes em cobrar as medidas preventivas e de segurança desses prestadores de serviço, assim como das equipes das escolas em apontar irregularidades percebidas. A diretora do Departamento de Logística, Maria Cristina, explica que a SME tem um contrato de acesso de transporte escolar realizado por empresas particulares mediante contratação por pregão eletrônico. Esses contratos contemplam o atendimento a estudantes da RME, diariamente, transportando essas crianças/estudantes de um ponto fixo próximo à sua residência até uma escola municipal e da escola para o ponto fixo. A diretora do departamento de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado, Gislaine Coimbra Budel, explica aos representantes da URBS que há em Curitiba dois tipos de transporte denominados "acesso". Um que é administrado pelo Departamento da Pessoa com Deficiência e outro administrado pela Secretaria Municipal da Educação. Explica também sobre o Sites (Sistema Integrado de Transporte para o Ensino Especial) que é um contrato específico para estudantes com deficiência, matriculados em escolas especiais, desde que atendidos aos critérios estabelecidos. Esclarece aos representantes da URBS que este sistema de transporte é administrado pela SME, por meio do DIAEE, que já encaminhou suas sugestões para o protocolo de retorno às aulas presenciais. A diretora Maria Cristina



complementa dizendo que precisa haver uma conversa com os responsáveis para que haja a garantia de que os estudantes com febre, que não poderão embarcar nesses ônibus, tenham o retorno de forma segura às suas casas. A Sra. Karla reafirma sua preocupação em relação às crianças assintomáticas que poderão estar utilizando o mesmo transporte que os demais estudantes e sendo transmissores do vírus. Ainda em relação ao cumprimento do protocolo pelo transporte escolar particular, o Sr. Reginaldo expõe sua preocupação em relação a especificidade das normas, pois, só é exigido o monitor quando há crianças cursando até o terceiro ano do ensino fundamental. Ressalta ainda a questão do itinerário que é estabelecido pelo próprio prestador de serviço, não tendo como garantir que esse esteja atendendo a capacidade reduzida. Lembra que é um tipo de transporte coletivo, porém, de natureza privada. A Superintendente Andressa ressalta a necessidade de a URBS publicizar um documento oficial, legal, com o mesmo rigor e especificações do protocolo construído por este Comitê, para que haja critérios mínimos para serem cumpridos, mesmo que a fiscalização seja informal. O diretor do SISMMAC, Wagner Batista salienta a preocupação com o transporte escolar uma vez que não há como garantir a fiscalização formal. Ressalta que há como a Prefeitura emitir um documento legal para regulamentar um protocolo a ser cumprido pelos prestadores de serviço de transporte escolar. Reitera a preocupação com o transporte das crianças assintomáticas e reivindica o retorno após a vacina. A diretora Kelen ressalta que entende as especificidades de cada item do protocolo, mas que não vê má vontade por parte da prefeitura como dito pelo representante do Sindicato. Que só o fato de haver esse comitê para realização de um protocolo, já demonstra a responsabilidade e o compromisso com os estudantes e profissionais. A Superintendente agradece a participação dos representantes da URBS e os esclarecimentos em relação às diferentes modalidades de transporte escolar. Fica acordado que encaminhará a minuta do Protocolo elaborado pelo Comitê para subsidiar o documento que será elaborado pela URBS a fim de que haja um trabalho conjunto. O Sr. Reginaldo destaca que a equipe de fiscais da URBS é bem comprometida com o trabalho, mas, que humanamente, não há como atender cem por cento da demanda que será gerada, daí a necessidade de um trabalho intersetorial conjunto e unificado. A chefe de NRE Rita pergunta se haverá um momento para retomada e adequação desses protocolos referentes ao transporte uma vez que não há como



CURITIBA

precisar quando se dará o retorno presencial, a faixa etária, o número de crianças/estudantes. A Superintendente esclarece que ao final, o documento será revisado e validado pelo Comitê. O Superintendente Oséias agradece a participação e contribuição dos representantes da URBS ressaltando a importância da parceria com a URBS e com empresas que prestam esse atendimento de transporte aos estudantes buscando a segurança de toda a comunidade escolar. O sr. Alessandro agradece o convite, pede licença para deixar a reunião uma vez que foram encerradas as discussões sobre o transporte escolar e que tem outra reunião para participar, e se coloca à disposição da SME para auxiliar no que for necessário. Dando continuidade à reunião, a Superintendente solicita a participação da gerente de alimentação escolar do departamento de Logística, Maria Rosi Marques Galvão, para que apresente o manual técnico elaborado pelas nutricionistas desse departamento. A gerente Maria Rosi explica que esse manual foi elaborado com base em documentos técnicos uma vez que já há uma rotina de higiene e segurança alimentar pautada na RDC216/2004 da ANVISA. Esclarece que o Ministério da Saúde e o FNDE irão lançar um documento ainda este mês sobre serviços de alimentação e que é muito provável que esse manual passe por adequações. Realiza a leitura do manual dando ênfase para os protocolos de higienização dos ambientes e utilização dos equipamentos pessoais de segurança. Ressalta que o sistema de servimento self-service deverá ser suspenso temporariamente, que deverá ser privilegiado o uso das salas de aula para realizar as refeições e que o refeitório somente poderá ser utilizado respeitando as regras de distanciamento. Explica que esta é uma versão resumida, mas que será transformada em POPs a serem seguidos minimizando os riscos. Reitera a necessidade de ampliar os momentos formativos com as equipes terceirizadas que prestam tanto o serviço de alimentação quanto de limpeza das unidades. A diretora Maria Cristina atenta para a peculiaridade de que num mesmo ambiente, o trabalho de limpeza dos diferentes espaços é realizado por diferentes colaboradores. A superintendente Andressa reitera a importância de um trabalho bastante articulado e de muita parceria com as empresas terceirizadas. A Superintendente Andressa sugere o encerramento da reunião informando que a partir da próxima semana começara a elaboração do protocolo de cada segmento de acordo com a atribuição de cada um. A gestora Giovanna sugere a elaboração de um documento específico da Educação Especial devido aos diferentes espaços e



atendimentos prestados em relação às demais unidades educacionais. O diretor Wagner reitera o pedido do resultado da enquete feita com os pais sobre o retorno das aulas presenciais, pois diz ser do seu conhecimento que já está acontecendo a terceira enquete que tem a impressão de que a prefeitura está fazendo tentativas de chegar ao resultado que deseja, manipulando os resultados. A Superintendente Andressa esclarece que está sendo realizada uma segunda enquete, pois, na primeira, muitas planilhas foram preenchidas de forma equivocada, comprometendo o resultado final. Ao término da segunda enquete, os dados serão tabulados e disponibilizados conforme solicitado. A coordenadora Fabiane O Gestor Oreste pergunta se as atas das reuniões do Comitê podem ser compartilhadas. A Superintendente esclarece que o documento em si não deve ser replicado, pois envolve terceiros, mas que as tratativas das atas podem ser lidas e informadas aos pares. Agradece a participação de todos e acorda que encaminhará na sexta-feira a ata e as minutas de protocolo para validação dos participantes. Sem mais, encerramos a ata. Segue anexa a relação dos participantes.

Anexo I - ATA 05/2020 - Comitê de Estudo e Planejamento para retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Curitiba em decorrência da pandemia de COVID-19 - Relação do Participantes da Reunião:

Nome	Segmento	Observação
Maria Sílvia Bacila	SME	Secretária Municipal da Educação
Oseias Santos de Oliveira	SME-E	Superintendente Executivo
Andressa Woellner Duarte Pereira	SGE	Superintendente de Gestão Educacional



CURITIBA

Simone Zampier da Silva	DEF	Diretora - Departamento de Ensino Fundamental
Kelen Patricia Collarino	DEI	Diretora - Departamento de Educação Infantil
Angela Cristina Piotto	CEFAR	Coordenadora – Coordenadoria de Equidade, Família e Rede de Proteção
Gislaine Coimbra Budel	DIAEE	Diretora - Departamento de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado
Maria Cristina Brandalize	DEL	Diretora – Departamento de Logística
Adriano Mario Guzzoni	CRFD	Coordenador – Coordenadoria de Recursos Financeiros Descentralizados
Elizabeth Dubas Laskoski	DPEI	Diretora - Departamento de Planejamento, Estrutura e Informações
Rita Andreia Moro Senco Zem	NRE	Chefe - Núcleo Regional de Educação Pinheirinho
Denise Luciene Lipinski Rutkoski	NRE	Chefe - Núcleo Regional de Educação Santa Felicidade
Andreia do Rocio Marques da Luz	CMAEE	Gestora - CMAEE Prof. ^a Maria Julieta Alves Maly
Giovanna Mlynarczyk Muller	Escolas Municipais	Gestora – Escola Municipal de Educação Especial Ali Bark
Oreste Galastri Junior	Escolas Municipais	Gestor - Escola Municipal São Miguel – NRE-CIC
Teresinha de Jesus Alves Ribeiro	Escolas Municipais	Gestora - Escola Municipal Santa Ana Mestra – NRE-TQ
Elisângela de Fatima Ribeiro de Andrade	Escolas Municipais	Gestora - Escolas Municipal Heráclito Fontoura Sobral Pinto – NRE-BN
Gisele Pachulski	CMEIs	Gestora - CMEI Ivonete Rosa de Souza – NRE-PN
Roberta Fabiane de Oliveira	CMEIs	Gestora - CMEI Prof. Osny Dacol – NRE-CJ
Anen Carolina de Souza Pereira	CMEIs	Gestora – CMEI Tiradentes – NRE-BQ



CURITIBA

Eliana Cristina Mansano	CME	Presidente – Conselho Municipal de Educação
Karla de Melo Cavalli	Comunidade	Mãe de estudante – Escola Municipal Eny Caldeira – NRE-BV
Patrícia Lee Goes Cardoso	SGM	Secretária do Governo Municipal
Alcides Augusto Souto de Oliveira	SMS	Diretor do Centro de Epidemiologia
Raquel Ferraro Cubas	SMS	Assessora do Gabinete
Márcia do Carmo Lorangeira Rover, representando a Superintendente de Gestão de Pessoal Luciana Varassin	SMAGP	Chefe do NGPE
Franklin Mendes Junior, representando a Superintendente de Administração Alessandra Calado de Melo Paluski	SMAGP	Chefe do NSA
Wagner Rodrigues Batista	SISMMAC	Membro - Diretoria Colegiada
Fabiana Prado Caputti	SISMUC	Coordenação de Administração



ATA 06/2020 - Comitê de Estudo e Planejamento para retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Curitiba em decorrência da pandemia de COVID-19

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, às quinze horas e trinta minutos, no formato de videoconferência, foi realizada a sexta reunião do Comitê de Estudo e Planejamento para retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Curitiba. A Superintendente Andressa Pereira abriu a reunião dando as boas-vindas aos participantes, apresentando o tema a ser discutido e reiterando a solicitação de que não haja divulgação de informações obtidas através das reuniões. Lembra do Termo de Ciência assinado por todos os membros, anteriormente às reuniões, onde a SME informa que não autoriza a divulgação de uso de voz e/ou imagem. Fala da responsabilidade de os membros preservarem as instituições que vêm contribuindo para as discussões. Ressalta que o repasse de informações para os pares a fim de contribuir com a construção do documento é válida, mas que as atas ou a minuta do protocolo não devem ser disponibilizadas na íntegra, preservando os membros e instituições representadas nesse comitê. Relembra que o documento está em fase de construção e o que é apontado nas reuniões não tem o caráter de expor fragilidades e sim de apontar as necessidades para que haja o preparo necessário visando o cumprimento do protocolo. Cita a divulgação, nas redes sociais do SISMMAC, e debate na Audiência Pública da CMC dos dados apresentados pelos representantes da URBS na última reunião e a exposição da instituição que prontamente atendeu ao convite da SME para participar da reunião e auxiliar no entendimento e construção do Protocolo do Transporte Escolar. Entende que a instituição deva solicitar os dados, oficialmente, ao órgão responsável e não replicar a informação apresentada para um fim específico como nas reuniões do comitê, pois todos os membros têm responsabilidade ética sobre as informações aqui apresentadas e divulgadas. O diretor do SISMMAC, Wagner Batista, afirma que o documento assinado diz respeito a uso de voz e imagem, portanto, não concorda que informações, dados e documentos não possam ser divulgados. Defende que deve ter autonomia e liberdade de replicar para a base e que, nesse momento de pandemia, a divulgação é feita pelas mídias sociais. Afirma ter discutido o tema do transporte escolar na sua fala na audiência pública. Diz ter causado estranhamento a SME não ter participado da Audiência Pública da Câmara dos Vereadores uma vez que nas reuniões do Comitê a Secretária defende que não deve



CURITIBA

acontecer o retorno apressadamente e sem os devidos cuidados e ali era um momento de fazer essa defesa diante do Sindicato dos donos de escolas particulares e movimento de pais da rede privada que defendem o retorno imediato das atividades presenciais. A Superintendente Andressa justifica que a não participação da SME se deu pelo fato de já ter sido publicado o decreto que prorroga a suspensão das aulas nas unidades educacionais municipais, a discussão para construção do protocolo e ainda porque a Secretaria não delibera sobre as escolas particulares e seus sindicatos. Dando continuidade à reunião, a Superintendente inicia a leitura do protocolo referente às atribuições dos/as gestores/as escolares e pedagogos/as. No item B percebeu-se a necessidade de acrescentar os demais meios de comunicação que já estão sendo utilizados no trabalho remoto. No item D, a Superintendente explica que após finalizado e validado pelo comitê, o protocolo deverá ser amplamente divulgado para os gestores, em caráter formativo, antes de iniciarem esse movimento junto à comunidade escolar. O item E fica sinalizado para revisão da frase e acordado que a publicização deve acontecer anteriormente à abertura da unidade. Após o item F foi acrescentado o item que trata da “Ação de divulgação/formação referente ao protocolo utilizando o dia de entrega dos kits “. No item I, cita que as equipes de limpeza já estão nas unidades, semanalmente, e que os professores farão a organização das suas salas anteriormente ao recebimento das crianças/estudantes, como já acontece no início de cada ano letivo. No item J é descrito o quadro de afastamento previsto no Decreto Municipal. No item K, foi acrescentado “e/ou quando for autorizado”, pensando nos decretos municipais da SMS. O item L diz respeito ao Comitê Local, uma comissão interna para acompanhar a execução desse protocolo dentro de cada unidade, pois, como já foi apontado pelo SISMUC, em algumas situações pontuais, pode haver divergência no encaminhamento dado pela equipe gestora. Foi acrescentado a esse item o segmento de equipes terceirizadas e segmentos de pais que podem ser representantes do Conselho. A Secretária Maria Silvia entrou na reunião, parabenizou o grupo pelo trabalho que vem sendo desenvolvido e pediu que os membros fizessem uma síntese do protocolo que tem sido construído para que, além do retorno que tem recebido dos superintendentes, pudesse ter o entendimento a partir da visão de cada um. A chefe do Núcleo Regional de Educação Pinheirinho, Rita Zen, fala de grande oportunidade de se conhecer os mais diversos espaços das unidades escolares e que as



discussões do grupo têm oportunizado essa ampliação do conhecimento. A diretora do Departamento de Logística, Maria Cristina Brandalize, relata que sua equipe havia realizado uma escrita prévia de sugestões voltadas a questões de limpeza, alimentação e transporte, mas que com as discussões pode perceber espaços das unidades escolares que precisam de um olhar diferenciado, e enriquecer grandemente o documento inicial. Destaca que considera muito importante a criação dos Comitês locais para garantir o cumprimento do protocolo. A diretora do Departamento de Inclusão e Atendimento Especializado, Gislaine Coimbra Budel, relata que já no início do trabalho com o Comitê, a pedido da Superintendente, as gerentes, juntamente com as gestoras dos diferentes setores da educação especial, escreveram um protocolo mínimo para cada modalidade visto que algumas se diferenciam dos CMEIs e escolas regulares. Relata que apesar de algumas especificidades, o protocolo se encaixa perfeitamente com o das escolas regulares. Manifesta sua satisfação em estar participando desse trabalho que além de rico e prazeroso, transmite segurança. A diretora do Departamento de Educação Infantil, Kelen Collarino, relata que, em sintonia com o Departamento de Educação Infantil e com a gestoras de CMEIs que participam desse grupo estão trazendo para as discussões uma reflexão sobre as especificidades da educação infantil, pois entende que no retorno das atividades presenciais, o trabalho que vem sendo desenvolvido nos CMEIs será muito diferente do que é hoje, daí a importância da responsabilidade e olhar muito atento às tomadas de decisões. O diretor do SISMMAC, Wagner Batista, aponta para a questão da estrutura física de algumas unidades que precisam passar por uma verificação e adequações para que os protocolos sejam minimamente produtivos, citando como exemplo escolas e CMEIs que possuem janelas que não favorecem a ventilação natural das salas de aula. Fala sobre a preocupação com o número de profissionais lotados nas unidades, afirmando que é histórica a falta de profissionais em algumas escolas e CMEIs, que o número destes é menor que o ideal e teme que, com o retorno, essa demanda acabe sendo maior, sendo necessário mais profissionais para realizar o atendimento presencial. Em relação ao transporte escolar, afirma que a quantidade de fiscais declarada pelos representantes da URBS na reunião anterior prova que a PMC não dará conta de realizar a fiscalização. Que se pode criar regras, orientar, mas reafirma que não acontecerá a fiscalização real, efetiva do transporte escolar. Em relação aos Equipamentos de Proteção



CURITIBA

Individuais relata que em seis meses de pandemia a PMC não conseguiu garantir a quantidade necessária de máscaras de acrílico para os profissionais que estão realizando o atendimento às famílias e teme que não haverá a garantia da quantidade mínima necessária. Em relação à testagem, afirma que mesmo a equipe da SMS defendendo o protocolo adotado considera inadequado e ineficaz, pois só é realizada a testagem em profissionais que apresentem sintomas e isso não dá conta da identificação e monitoramento. No que diz respeito ao retorno presencial das crianças, relata que vem acompanhando estudos que mostram que muitas são assintomáticas e, mesmo a aferição de temperatura na entrada da unidade não irá impedir que crianças infectadas entrem nas unidades e interajam com as demais disseminando o vírus. Afirma ainda que o Decreto Municipal, em relação ao afastamento de profissionais do grupo de risco, é muito ruim e não segue os critérios da OMS, assim, muitos destes estarão na linha de frente no retorno das atividades. Afirma que compreende a importância do protocolo mesmo após a vacina, mas que somente o protocolo não é seguro, daí a reivindicação do magistério de que o retorno seja somente com vacina. A diretora do Departamento de Ensino Fundamental, Simone Zampier da Silva, descreve as reuniões do Comitê como um tempo que se reserva a pensar, como uma oportunidade de viver a questão da totalidade ao mesmo tempo que se trata da especificidade num trabalho em movimento. A diretora do Departamento de Planejamento, Estrutura e Informações, Elizabeth Dubas, fala comprometimento do grupo em trazer contribuições para a construção do protocolo, pois o documento se apresenta muito claro e contempla todos os setores, citando como exemplo os agentes administrativos das unidades escolares. Reforça ainda a importância da criação de Comitês locais para acompanhar a execução do protocolo e trazer novas demandas e especificidades. A coordenadora da CEFAR, Angela Piotto, destaca o quanto o Comitê vem se preocupando com o todo, citando a participação dos representantes da URBS, e a importância que se percebe em conversar com os outros setores para ampliar o conhecimento do trabalho realizado em cada segmento. Relata que compreende o peso e a responsabilidade de fazer parte deste Comitê e da construção desse documento. A gestora do CMEI Osny Dacol, Roberta de Oliveira, fala da importância de se ter acesso à documentos técnicos, mas que nada se compara com a grandiosidade de se construir um protocolo com a identidade de Curitiba, com olhar atento, responsável e cuidadoso como



esse comitê vem realizando com a condução muito coerente da Superintendente Andressa. Afirma que, enquanto gestora sente-se segura em levar esse documento para sua unidade e acolher os profissionais, estudantes e familiares. A gestora da Escola municipal Santa Ana Mestra, Teresinha Ribeiro, relata o quanto tem aprendido com todas essas discussões e a percepção que passou a ter da dimensão que esse protocolo irá abranger. A gestora do CMEI Ivonete Rosa de Souza, Gisele Pachulski, relata que desde o início do trabalho do Comitê vem conversando semanalmente com as gestoras dos demais CMEIs do seu NRE e repassado o que vem acontecendo nas reuniões do comitê e percebe na fala destas que sentem segurança em relação ao documento que vem sendo construído, pois percebem que todas as especificidades estão sendo contempladas. Ressalta que pela clareza do documento e a segurança que transmite, tornará o trabalho mais fácil de ser realizado. O gestor da Escola Municipal São Miguel, Oreste Galastri Junior, compartilha com o grupo a sua tristeza com o falecimento de um familiar em decorrência da COVID e recebe os pêsames da Secretária e dos demais presentes. Relata que tem procurado transmitir aos seus pares a tranquilidade que sente em ver a responsabilidade com que o comitê vem se debruçando na construção desse protocolo. Enfatiza o peso e a responsabilidade desse trabalho, pois dimensiona que, independentemente da quantidade de acertos, qualquer ação equivocada será atribuído e cobrado do Comitê e da mantenedora. Ressalta que o ideal seria o retorno após a vacina, mas que entende que não há como prever. Parabeniza a Secretária pela iniciativa e os superintendentes pela condução do trabalho que vem acontecendo de forma respeitosa a todos os segmentos. A Secretária Maria Sílvia ressalta que mesmo não havendo resposta da ciência em relação à cura dessa doença, a SME não pode ficar parada, que é primordial que tenha um protocolo de segurança sanitária para quando acontecer o retorno presencial para que não seja necessário reproduzir ações de outros lugares que não são condizentes à realidade da nossa Rede de Ensino. Reitera que, diante do novo cenário que estamos vivenciando, mesmo com uma vacina, haverá a necessidade de se manter um protocolo mínimo de segurança. Ressalta que o novo Decreto prevê a prorrogação da suspensão das atividades presenciais nas unidades escolares até o dia trinta de outubro, mas que, no entanto, o trabalho da educação continua com a produção das videoaulas, entrega dos kits pedagógicos e de alimentação, com os Conselhos de Classe e com a busca ativa dos



estudantes, tudo isso para que o trabalho pedagógico diário continue sendo garantido com toda a segurança necessária. Relata que os levantamentos realizados apontam para um número muito pequeno de crianças/estudantes que não estão participando de nenhum desses processos pedagógicos. Quanto ao conselho de Classe, esclarece que se faz necessário entender como está se dando a aprendizagem das nossas crianças/estudantes para que se possa garantir a oportunidade de aprendizagem de todos os estudantes. Ressalta que o material produzido nesses Conselhos, estão sendo utilizados, cuidadosamente, pelo Departamento de Ensino Fundamental para a construção de um material de transição que acontecerá sucessivamente até que esse currículo se acomode. Cumprimenta a todos e parabeniza pelo trabalho que vem sendo realizado neste Comitê e na Educação Pública Municipal de Curitiba. Pede que estendam aos seus pares o seu cumprimento e reconhecimento. Se despede do grupo desejando um bom trabalho. O diretor Wagner ressalta a importância de um amplo debate com professores e pedagogos para a construção desse documento de transição para que não venha nada pronto da Secretaria. A Secretária Maria Sílvia esclarece que o documento está sendo construído a partir das discussões dos professores e pedagogos, que não irá partir da Secretaria e sim da realidade do que vem sendo produzido nas unidades. A coordenadora do SISMMUC, Fabiana Caputti, pede licença para fazer seus apontamentos sobre o protocolo, pois a bateria do seu equipamento está acabando e provavelmente sairá da reunião antes do encerramento. Sugere que os representantes do segmento dos professores de educação infantil, no comitê local, sejam indicados pelos seus pares e não pelos gestores das unidades. A Superintendente agradece a contribuição e ressalta que isso legitima a gestão democrática. Abre a discussão para os itens do protocolo lidos até o momento (A-L), ficando os demais para a próxima reunião. O diretor Wagner ressalta que o protocolo está correto apontando a idade de sessenta anos para inclusão no grupo de risco. A Chefe do Núcleo de Gestão de Pessoas, Márcia Rover, explica que o decreto municipal é o documento que norteia o trabalho da RME e que a idade mínima é de sessenta e cinco anos. Aponta ainda que no item i – IV, deve ser mantido apenas “gestantes”, retirando “lactantes”. Retomando a construção do item J, a diretora Maria Cristina sugere que fique registrado que, no segmento de pais, para o comitê local, tenha a representatividade de um pai que tenha contrato com o transporte escolar particular. A Superintendente



Andressa sugere desmembrar o segmento de pais por turno, também. A chefe de Núcleo Denise Lipinski sugere que além do turno, esse segmento seja desmembrado por Ciclos de Aprendizagem. Sugere ainda, com a concordância do Coordenador de Recursos Financeiros Descentralizados que haja a participação do presidente da APPF ou um representante deste segmento no grupo dos pais. A gestora da Escola Municipal Heráclito Fontoura Sobral Pinto, Elisângela Andrade, sugere a inclusão de um estudante da EJA e de pais de crianças da educação integral. O diretor Wagner defende o desmembramento do segmento dos profissionais, também. A gestora Elisângela defende que o número de estudantes é bem maior que o de professores, que um professor por turno dá conta da representatividade. A Superintendente sugere que haja, então, um professor titular e um suplente por turno, sendo um destes um professor regente e outro o corregente ou professor das demais áreas ou práticas. A gestora da Escola Municipal de Educação Especial Ali Bark, Giovanna Muller, solicita a inclusão, no segmento de pais, de familiares de estudantes que utilizam o sites ou o transporte de acesso dependendo da unidade educacional. O diretor Wagner solicita que seja retomada a questão dos critérios para o grupo de risco com responsáveis pelo RH. A Superintendente esclarece que a chefe do NGPE, Márcia Rover, representa o RH, mas que ainda assim, solicita que, para próxima reunião, seja convidado mais alguém para tratar essa questão com mais detalhamento. A gestora Giovanna sugere que no Item I fique definido o período de retorno dos professores. Entende que para essa organização deverá ser realizada uma força tarefa e que os gestores deverão estar respaldados pela SME ou pelo protocolo. A Superintendente esclarece que esse item deverá ser muito bem avaliado, pois, quando for sinalizado o retorno, o decreto deverá estar em consonância com este protocolo. Que precisa ter uma assertividade no protocolo em relação a esse período de dias porque irá gerar o desdobramento na decisão do Decreto Concorda com o apontamento de que cada unidade precisará ter um tempo hábil para essa organização, mas entende que nesses atendimentos para entrega de kit, os gestores deverão estar avaliando esses espaços já com um plano de ação. Ressalta que cada unidade irá demandar um período de tempo diferente de acordo com suas especificidades, assim, deverá se pensar em uma média de dias. Sugere que os gestores já estejam levando essa discussão aos seus pares e que tragam um levantamento bem pensado, pautado e responsável. Em relação ao respaldo da



SME, esclarece que a Instrução Normativa orienta que os professores que não estão afastados legalmente, devem atender às necessidades da escola e, conseqüentemente, atender à solicitação do gestor. Sem mais apontamentos a serem realizados pelo grupo, a Superintendente Andressa agradece por mais esse dia de reunião e ressalta o quanto o grupo vem aprendendo com as discussões e contribuições trazidas pelos membros, que temos fragilidades, mas que esse trabalho é voltado para minimizar os impactos. Registra, reconhece e parabeniza as equipes gestoras pelo empenho, manifestando seu respeito a todos os professores, equipe diretiva e pedagógica das unidades. Ressalta que a Educação Municipal de Curitiba não parou e que todos os profissionais vêm realizando um trabalho de excelência que tem sido exemplo no país. O Superintendente Oséias encerra a reunião destacando o avanço significativo na construção coletiva que vem pensando nas possibilidades para a elaboração do protocolo. Fica acordado que na sexta-feira será enviada para os membros a ata e a minuta do documento discutido até a data de hoje. Segue anexa a relação dos participantes.

Anexo I - ATA 06/2020 - Comitê de Estudo e Planejamento para retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Curitiba em decorrência da pandemia de COVID-19 - Relação do Participantes da Reunião:

Nome	Segmento	Observação
Maria Sílvia Bacila	SME	Secretária Municipal da Educação
Oseias Santos de Oliveira	SME-E	Superintendente Executivo
Andressa Woellner Duarte Pereira	SGE	Superintendente de Gestão Educacional
Simone Zampier da Silva	DEF	Diretora - Departamento de Ensino Fundamental
Kelen Patricia Collarino	DEI	Diretora - Departamento de Educação Infantil
Angela Cristina Piotto	CEFAR	Coordenadora – Coordenadoria de Equidade, Família e Rede de Proteção
Gislaine Coimbra Budel	DIAEE	Diretora - Departamento de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado
Maria Cristina Brandalize	DEL	Diretora – Departamento de Logística



CURITIBA

Adriano Mario Guzzoni	CRFD	Coordenador – Coordenadoria de Recursos Financeiros Descentralizados
Elizabeth Dubas Laskoski	DPEI	Diretora - Departamento de Planejamento, Estrutura e Informações
Rita Andreia Moro Senco Zem	NRE	Chefe - Núcleo Regional de Educação Pinheirinho
Denise Luciene Lipinski Rutkoski	NRE	Chefe - Núcleo Regional de Educação Santa Felicidade
Andreia do Rocio Marques da Luz	CMAEE	Gestora - CMAEE Prof. ^a Maria Julieta Alves Malty
Giovanna Mlynarczyk Muller	Escolas Municipais	Gestora – Escola Municipal de Educação Especial Ali Bark
Oreste Galastri Junior	Escolas Municipais	Gestor - Escola Municipal São Miguel – NRE-CIC
Teresinha de Jesus Alves Ribeiro	Escolas Municipais	Gestora - Escola Municipal Santa Ana Mestra – NRE-TQ
Elisângela de Fatima Ribeiro de Andrade	Escolas Municipais	Gestora - Escolas Municipal Heráclito Fontoura Sobral Pinto – NRE-BN
Gisele Pachulski	CMEIs	Gestora – CMEI Ivonete Rosa de Souza
Roberta Fabiane de Oliveira	CMEIs	Gestora - CMEI Prof. Osny Dacol – NRE-CJ
Anen Carolina de Souza Pereira	CMEIs	Gestora – CMEI Tiradentes – NRE-BQ
Eliana Cristina Mansano	CME	Presidente – Conselho Municipal de Educação
Karla de Melo Cavalli	Comunidade	Mãe de estudante – Escola Municipal Eny Caldeira – NRE-BV
Patrícia Lee Goes Cardoso	SGM	Secretária do Governo Municipal
Márcia do Carmo Larangeira Rover, representando a Superintendente de Gestão de Pessoal Luciana Varassin	SMAGP	Chefe do NGPE



Prefeitura Municipal de Curitiba
Secretaria Municipal da Educação
Superintendência de Gestão Educacional
Av. João Gualberto, 623 - 6.º andar, Torre B
Alto da Glória 80030-000 - Curitiba - PR
Tel. 41 3350-3108
www.curitiba.pr.gov.br

CURITIBA

Franklin Mendes Junior, representando a Superintendente de Administração Alessandra Calado de Melo Paluski	SMAGP	Chefe do NSA
Wagner Rodrigues Batista	SISMMAC	Membro - Diretoria Colegiada
Fabiana Prado Caputti	SISMUC	Coordenação de Administração



ATA 07/2020 - Comitê de Estudo e Planejamento para retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Curitiba em decorrência da pandemia de COVID-19

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às quinze horas e trinta minutos, no formato de videoconferência, foi realizada a sétima reunião do Comitê de Estudo e Planejamento para retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Curitiba. A Superintendente Andressa Pereira abriu a reunião dando as boas-vindas aos participantes e fazendo uma retomada breve do que foi acordado na reunião anterior para continuidade das discussões. Retomando o item que trata da Comissão Local, acrescenta um representante de professor titular e um suplente no período noturno e a orientação de que cada segmento é responsável pela indicação de seu(s) representante(s). A gestora Giovanna Muller sugere a inclusão de um representante dos ambulatórios de saúde nas Escolas de Educação Especial. Dando prosseguimento à leitura e discussão dos demais itens do segmento dos gestores/as e pedagogos/as, explica que no item N, é importante que o gestor esteja orientando o uso correto da máscara sempre que necessário. No item R esclarece que será viável o escalonamento de horários na escola uma vez que o retorno dos estudantes também deverá ser escalonado. No item U, ressalta que, para além de favorecer a ventilação natural, as portas mantidas abertas irão evitar o toque constante na maçaneta. No item V é sugerido que fique determinado que as crianças/estudantes levarão sua garrafinha individual, diariamente, devido à interdição dos bebedouros. No item X a Superintendente esclarece que os EPIs estão sendo adquiridos e que é importante que o gestor realize a disponibilização e distribuição a todos os profissionais da unidade. Em relação ao item Y, a Superintendente solicita orientação do Diretor de Epidemiologia, Alcides de Oliveira. Este explica que o professor deve ser orientado para que o jaleco seja utilizado somente em sala de aula para atendimento à criança/estudante. O professor não deverá circular pelas demais áreas da instituição utilizando o jaleco que usa em sala de aula. Não deve utilizar o mesmo em outra escola, e muito menos fora da instituição. A diretora Kelen Collarino pede desculpas por estar retornando ao assunto do item que trata do Comitê Local, pois estava com problemas no áudio do seu aparelho e não conseguiu intervir no momento. Ressalta que acha de suma importância a participação das terceirizadas nessa Comissão, mas, ficou em dúvida em relação à legalidade uma vez que não fazem parte dos segmentos dos Conselhos. A Superintendente esclarece que a



Comissão não terá apenas o caráter de fiscalização, mas sim de mediação, daí a importância dessa representatividade. Esclarece ainda que a comissão será instituída internamente, validada pelo Conselho, não haverá um ato legal público como decreto ou portaria, portanto, não há impeditivo para a participação destes. A diretora Maria Cristina Brandalize ressalta que as reuniões com a participação destes deverá acontecer no horário de trabalho e serem breves, mas que é de suma importância essa representatividade para fortalecer a compreensão da importância da limpeza nesse momento de pandemia ou mesmo pós pandemia e para que se sintam pertencentes a esse processo todo. A diretora Kelen ressalta que entende essa participação como um ganho para a efetivação do protocolo. Retomando a leitura do protocolo, a Superintendente ressalta, no item BB que ações como assembleias gerais e festividades não poderão ocorrer presencialmente para evitar aglomerações. No item CC acrescenta a orientação aos demais professores também, lembrando que muitos utilizam áreas externas para atividades lúdicas, contação de histórias e outras. No item EE, faz menção às unidades de saúde ressaltando que são muito parceiras das unidades. Explica que, a prática nas unidades é acionar um familiar do servidor e este opta pela forma de atendimento que deseja realizar (ICS, médico da família, etc.), mas que é essencial ter essa proximidade para ações conjuntas de atendimento imediato aos profissionais e crianças. No item FF ressalta que a escola deve ter um local previamente definido para atendimento à criança/estudante que apresente algum sintoma durante o horário em que estiver na escola, a fim de que seja acolhido e permaneça isolado dos demais estudantes. No item HH, relembra que esse trabalho de busca ativa já vem acontecendo em parceria com a FAS e Rede de Proteção. A chefe de Núcleo, Denise Lipinski, pergunta sobre a previsão de ações formativas para as equipes na orientação aos pais. A Superintendente Andressa esclarece que está contemplado no item D e que será retomado no segmento de pais. A assessora da SGM, Patrícia Cardoso, apresenta sua dúvida em relação à obrigatoriedade de retorno às aulas presenciais, se será mantida a opção do ensino remoto ou se todos deverão retornar presencialmente. A Superintendente esclarece que, a princípio, as aulas em canal aberto de TV acontecerão até o dia 18/12, mas, que o retorno deverá ser escalonado, portanto, deverão ser publicados documentos que amparem a opção das famílias pelas aulas presenciais ou remotas. Explica que a busca ativa vem acontecendo para que a escola não perca o



vínculo com a família, sem caráter punitivo. As gestoras têm o controle, o mapeamento de como as famílias vêm realizando o estudo remoto, assim, a busca ativa é para aqueles que não estão realizando nenhuma forma de estudo remoto. A assessora Patrícia sugere que o texto do item HH seja adequado para não gerar interpretação dúbia. A Superintendente ressalta que, em havendo a normalidade do estudo presencial, amparado por documento oficial, aí sim haverá a obrigatoriedade da presença do estudante na escola. Iniciando a apresentação do segmento dos professores, a Superintendente ressalta que é fundamental que o professor dedique grande parte do trabalho criando e reforçando regras com as crianças. Primeiramente, deverá orientar, conscientizar e reforçar continuamente as regras de higiene e a responsabilidade do cuidado na rotina do estudante. O professor terá uma grande importância e responsabilidade nesse trabalho inicial. No item C, ressalta que o professor deverá fazer as orientações adequadamente, respeitando a faixa etária dos estudantes. No item D, fica claro que, para além de orientar, o professor deverá permitir esse protocolo de aferição. Em relação ao item I, esclarece que já é uma prática, mas, que agora, deverá ter um olhar mais atento. Destaca o item J para reescrita, destaca que é necessário criar estratégias para não sobrecarregar o professor, apesar de o fluxo de aulas no canal aberto não ser o mesmo. Que a organização deverá ser diferente, acompanhando o escalonamento. No item K, complementa que, a partir da correção das atividades complementares e dos Conselhos de Classe, o professor deverá fazer o diagnóstico e ter o foco na continuidade. Em relação aos itens M e N, reafirma que a intenção da busca ativa deverá ser o diagnóstico de o porquê o estudante não está presente (opção pelo ensino remoto, saúde, evasão), mantendo o vínculo. A coordenadora do SISMUC, Fabiana Caputti, aponta para o item H, vê um olhar mais voltado para a escola e não para a Educação infantil. A Superintendente esclarece que deve ser para todos, entende que o Departamento de Educação Infantil deverá definir estratégias de ações para auxiliar o professor desse público. A diretora Kelen sugere que seja substituída a expressão “ensinar as crianças” por “orientar constantemente”. Explica que o toque e a interação física é a maior das preocupações em relação à Educação Infantil, explica a rotina dos CMEIS e o quanto se faz necessário o contato físico entre o profissional e a criança. Entende que nesse primeiro momento isso tudo deverá ser sentido, diagnosticado, discutido, para se traçar novas ações, pois, em algum momento acontecerá o retorno para todos e as ações



deverão ser constantes. O diretor do SISMMAC, Wagner Batista afirma que é visível a inviabilidade de um retorno responsável neste momento e que, mesmo após a vacina, as ações descritas no protocolo deverão ser garantidas. Em relação ao uso do jaleco, principalmente para o professor infantil, sugere o uso do jaleco descartável como EPI, pois, na necessidade do contato físico, a criança não ficaria exposta ao contato direto com a roupa do professor que já teve um deslocamento até chegar à unidade, muitas vezes em transporte coletivo. Entende que seria uma proteção a mais. A Gestora Giovanna comenta que a Educação Especial também traz algumas especificidades em que o contato físico é inevitável. A Superintendente sugere incluir especificidades da Educação Infantil e Educação Especial, mas que uso de máscara e higienização das mãos são comuns a todos. Entende que esse professor deve estar bem orientado nas metodologias para entender como trabalhar essas questões. Aponta como válida a sugestão do diretor Wagner sobre o uso de jaleco descartável como um reforço a mais na questão da segurança sanitária e reforça a importância de o profissional ter a consciência do uso correto de cada EPI. O diretor Wagner ressalta que, como está redigido, o item J não fica claro. A Superintendente concorda e afirma que deixou em destaque porque acha que esse item não cabe ao protocolo, que deverá haver uma instrução normativa para orientar esse novo formato de trabalho. Reafirma que todo o protocolo será revisado e validado por este Comitê, anteriormente à publicização, para que todas as adequações realizadas no decorrer das reuniões sejam revisadas. Inicia a leitura do segmento dos auxiliares de serviços escolares e apoios administrativos. No item F pontua que as crianças/estudantes são responsabilidade de todos. No item I faz a substituição de “ensinar às crianças” por “orientar constantemente”, enfatizando o vínculo que as crianças criam com os inspetores que ficam no pátio e a importância, o peso que as orientações destes tem para as crianças/estudantes. Em relação ao item I, esclarece que tanto os inspetores quanto os secretários escolares têm contato com as famílias e escutam comentários que podem estar relacionados a questões de saúde dos estudantes. A gestora Giovana solicita o acréscimo de um item para as Escolas Especiais e CMEIs para que os inspetores façam o uso de EPIs específicos, de acordo com a função que será executada. A gestora Roberta de Oliveira questiona se os apoios se enquadram neste segmento. A superintendente explica que esses profissionais possuem laudo pericial que vincula as funções que estes podem



ou não exercer (aptidão e restrição). Esses profissionais serão enquadrados no segmento do protocolo de acordo com a função que exerce, pedagógica ou administrativa. A diretora do DIAEE, Gislaine Coimbra Budel, solicita uma opinião do diretor de epidemiologia, Alcides, a respeito do uso de luvas descartáveis. Este esclarece que o uso de luvas deve ser muito restrito, para tarefas muito específicas. Que o profissional deve saber como utilizar para não acontecer uma “falsa proteção” e sair contaminando outros espaços. Reafirma que a higienização das mãos com água e sabão e assepsia com álcool gel setenta é o que há de mais eficaz para a segurança sanitária. A limpeza das mãos é muito mais eficiente que o uso de luvas e não se deve banalizar o uso de EPIs. A diretora Gislaine sugere que haja uma orientação muito pontual, pois o uso de luvas é muito recomendado nas escolas de educação especial por conta do contato com a salivação e coriza de estudantes que não tem esse controle ou entendimento dos procedimentos de higiene. A partir da explicação do diretor Alcides, teme pela banalização do uso das luvas. A gestora Giovanna complementa, esclarecendo que a indicação de luvas é para sialorreia, troca de sonda gástrica e de excreção. Ressalta que já existe o cuidado, mas que será necessário intensificar as orientações. A diretora Gislaine enfatiza que a melhor opção é a orientação para o descarte da luva após cada uso. A Superintendente Andressa sugere que a diretora Gislaine e a gestora Giovanna, juntamente com as outras duas gestoras das Escolas Especiais desmembrem e detalhem essas orientações. Dando continuidade, iniciou a leitura do segmento das famílias dos estudantes. No item C, destaca que, mesmo que a família não realize a aferição diária, esta deve ter a orientação e compreender a sua responsabilidade em relação a esse cuidado. A diretora Maria Cristina informa que a SME está fazendo a aquisição de máscaras para as crianças/estudantes, e que a quantidade será de acordo com o tempo de permanência na unidade. A Superintendente complementa com a recomendação de que as famílias deverão estar orientando as crianças/estudantes e acompanhando para que sempre haja máscara limpa na mochila para a troca durante o dia. Em relação ao item F, ressalta que a família deve orientar a criança a procurar o adulto, não somente para questões de suspeita de Covid, mas, também, para questões emocionais como ansiedade, estresse. A diretora Maria Cristina sugere o acréscimo do Item G responsabilizando os familiares a estarem alertas aos sintomas (físicos e emocionais) dos estudantes e o item H referente ao envio



de garrafinha de água, diariamente, para uso individual da criança. A Superintendente Andressa complementa com o item I que será a higienização das máscaras, mochilas e materiais escolares de uso pessoal, atendendo as recomendações dos órgão de saúde (tais recomendações serão detalhadas no documento), e com o item J que é a comunicação à unidade da situação da criança (busca ativa). A gestora Giovanna sugere que os pais sejam orientados quanto ao uso do uniforme ou roupa, usando a mesma lógica do jaleco em relação à troca diária e higiene. A coordenadora da CEFAR, Angela Piotto, atenta para a questão da alimentação, pois mesmo não sendo recomendado, algumas crianças levam lanche de casa e o compartilhar desse alimento pode comprometer as questões de segurança. A Superintendente solicita o auxílio da equipe de nutrição para escrever algo que não fira as normativas que existem, mas que auxiliem nesse processo. A gestora Giovanna apresenta sua dúvida em como proceder em relação ao estudante que não esteja bem em um dia (sintomas de gripe) e retorne à unidade no dia seguinte. A Superintendente esclarece que isso já está contemplado no item B, mas que a orientação às famílias e estudantes deverá ser constante. A Superintendente Andressa reafirma que fará a revisão dos itens e encaminhará a minuta do documento já discutido para apreciação de todos. Relata ter recebido as contribuições da assessora Patrícia Cardoso e que fará a inclusão no documento. Destaca que as discussões estão numa fase avançada, partindo para a finalização e que o documento deverá passar por uma avaliação bastante minuciosa para adequação dos itens e posterior validação. Informa que os membros receberão um bloco das atas das reuniões realizadas para anuência e solicita que todos se manifestem favoráveis ou encaminhem as adequações pertinentes a sua fala. O Coordenador da CRFD informa que as unidades já receberam a quarta parcela do Fundo Rotativo e já podem realizar a compra do material necessário a essa organização que deverá ser feita. A Superintendente Andressa reafirma a importância de os gestores estarem realizando a compra dos materiais pertinentes à organização dos espaços de cada unidade de acordo com suas especificidades. Ressalta que, a finalização da construção do protocolo não implica na decisão de retornar às aulas presenciais e sim que deverá ser iniciado um trabalho planejado de demarcação e organização dos espaços, devido à complexidade do trabalho a ser realizado. Retoma a questão discutida na reunião anterior que seria a estipulação de um período para o retorno dos professores às unidades,



anteriormente ao retorno dos estudantes para auxiliar nessa organização física dos espaços e materiais. A gestora Gisele Pachulski acredita que, como os gestores já realizaram esse planejamento e iniciaram ações de organização, os professores conseguem dar conta dessa demanda retornando cinco dias antes dos estudantes. A Superintendente ressalta que para além da organização dos espaços, o tempo estipulado deverá contemplar a formação com as famílias para daí acontecer o retorno dos estudantes. A diretora Maria Cristina explica que há algumas questões legais e trabalhistas em relação às terceirizadas que exigem um tempo mínimo de doze dias para que o retorno da normalidade da prestação de serviços aconteça. A Superintendente esclarece que o retorno do professor deve se dar após a normalização da prestação dos serviços e com cinco dias de antecedência ao retorno dos estudantes. Ressalta que em todas as decisões, mesmo as de prorrogação da suspensão das aulas, todas as implicações são consideradas. A diretora Kelen pontua que os Centros de Educação Infantil da rede privada que ofertam vaga para a Educação Infantil também necessitarão de um tempo maior para retornar ao atendimento normal, assim como as empresas terceirizadas. Ressalta que a Secretaria não delibera sobre a rede privada, mas, que alguns CEIs têm contrato de oferta de vaga a crianças de 0 a 3 anos e atendem a demanda da RME, por isso a demanda em consonância com o trabalho dos CMEIs. A gestora Giovanna sugere que no segmento dos professores estejam especificados os critérios para considerar grupo de risco. A Superintendente esclarece que o grupo de risco é definido pelo decreto e que o protocolo não pode deliberar sobre esse documento. Deixa acordado que, na próxima reunião será aberto um espaço para que a Diretora do Núcleo de Gestão de Pessoal, Márcia Rover, terá um tempo para detalhar e esclarecer essas questões. Sugere que convide alguém da Saúde Ocupacional ou Perícia Médica, caso julgue necessário. A diretora Márcia informa que o documento que estabelece os critérios para grupo de risco é o Decreto 430/2020, no seu artigo terceiro. Ressalta que toda documentação apresentada pelo servidor necessita ser periciada e que o anexo II do referido decreto traz a relação das doenças que se enquadram no grupo de risco. A Superintendente Andressa sugere a leitura do decreto para que as dúvidas mais pontuais sejam esclarecidas na próxima reunião. Sem mais apontamentos, agradece a participação de todos e encerra a reunião. Segue anexa a relação dos participantes.



Anexo I - ATA 07/2020 - Comitê de Estudo e Planejamento para retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Curitiba em decorrência da pandemia de COVID-19 - Relação do Participantes da Reunião:

Nome	Segmento	Observação
Andressa Woellner Duarte Pereira	SGE	Superintendente de Gestão Educacional
Simone Zampier da Silva	DEF	Diretora - Departamento de Ensino Fundamental
Kelen Patricia Collarino	DEI	Diretora - Departamento de Educação Infantil
Angela Cristina Piotto	CEFAR	Coordenadora – Coordenadoria de Equidade, Família e Rede de Proteção
Gislaine Coimbra Budel	DIAEE	Diretora - Departamento de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado
Maria Cristina Brandalize	DEL	Diretora – Departamento de Logística
Adriano Mario Guzzoni	CRFD	Coordenador – Coordenadoria de Recursos Financeiros Descentralizados
Elizabeth Dubas Laskoski	DPEI	Diretora - Departamento de Planejamento, Estrutura e Informações
Rita Andreia Moro Senco Zem	NRE	Chefe - Núcleo Regional de Educação Pinheirinho
Denise Luciene Lipinski Rutkoski	NRE	Chefe - Núcleo Regional de Educação Santa Felicidade
Andreia do Rocio Marques da Luz	CMAEE	Gestora - CMAEE Prof. ^a Maria Julieta Alves Maly
Giovanna Mlynarczyk Muller	Escolas Municipais	Gestora – Escola Municipal de Educação Especial Ali Bark
Oreste Galastri Junior	Escolas Municipais	Gestor - Escola Municipal São Miguel – NRE-CIC
Teresinha de Jesus Alves Ribeiro	Escolas Municipais	Gestora - Escola Municipal Santa Ana Mestra – NRE-TQ
Elisângela de Fatima Ribeiro de Andrade	Escolas Municipais	Gestora - Escolas Municipal Heráclito Fontoura Sobral Pinto – NRE-BN



CURITIBA

Roberta Fabiane de Oliveira	CMEIs	Gestora - CMEI Prof. Osny Dacol – NRE-CJ
Anen Carolina de Souza Pereira	CMEIs	Gestora – CMEI Tiradentes – NRE-BQ
Gisele Pachulski	CMEIs	Gestora - CMEI Ivonete Rosa de Souza – NRE-PN
Eliana Cristina Mansano	CME	Presidente – Conselho Municipal de Educação
Karla de Melo Cavalli	Comunidade	Mãe de estudante – Escola Municipal Eny Caldeira – NRE-BV
Patrícia Lee Goes Cardoso	SGM	Secretária do Governo Municipal
Alcides Augusto Souto de Oliveira	SMS	Diretor do Centro de Epidemiologia
Márcia do Carmo Larangeira Rover, representando a Superintendente de Gestão de Pessoal Luciana Varassin	SMAGP	Chefe do NGPE
Franklin Mendes Junior, representando a Superintendente de Administração Alessandra Calado de Melo Paluski	SMAGP	Chefe do NSA
Wagner Rodrigues Batista	SISMMAC	Membro - Diretoria Colegiada
Fabiana Prado Caputti	SISMUC	Coordenação de Administração



CURITIBA

ATA 08/2020 - Comitê de Estudo e Planejamento para retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Curitiba em decorrência da pandemia de COVID-19

Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às quinze horas e trinta minutos, no formato de videoconferência, foi realizada a oitava reunião do Comitê de Estudo e Planejamento para retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Curitiba. A Secretária Municipal da Educação, Maria Sílvia Bacila, iniciou a reunião dando as boas-vindas a todos os participantes e parabenizando o grupo pela qualidade das discussões e avanço na construção do protocolo, ressaltando que o comitê deve estar preparado para a grande missão de dar suporte para as necessidades educacionais, seja na continuidade do ensino remoto, seja na retomada das aulas presenciais como vem acontecendo em outros estados brasileiros e até mesmo em outras regiões do Paraná. A Superintendente Andressa relembra que o documento está na fase final de sua construção, no encerramento das discussões. A próxima reunião será para validação da escrita final e posteriormente será realizada a diagramação do documento. Apresenta a diretora do Departamento de Saúde Ocupacional, Maria de Lordes D'Avila, que participará da reunião juntamente com a Chefe do Núcleo de Gestão de Pessoal, Márcia do Carmo Lorangeira Rover, para tratar dos questionamentos realizados em reuniões anteriores sobre o Decreto Municipal 430/2020. Cita o documento encaminhado por e-mail para conhecimento do grupo que é um guia do MEC com protocolos para retorno às aulas. Comenta que realizou a leitura e que todos os itens estão contemplados no protocolo deste Comitê. Esclarece que o documento do MEC é orientador, mas, que cabe ao Comitê adequar o que for pertinente, adaptando à realidade da RME. Solicita que, ao receberem o protocolo, realizem a leitura e façam os apontamentos previamente à reunião de validação. A gestora Teresinha Ribeiro sugere apresentar o protocolo aos gestores das demais escolas da RME para discussão e trazer apontamentos que possam surgir. Disse estar articulando esse momento com o Chefe do NRE-TQ. A Superintendente acolhe a sugestão e deixa acordado que, após finalizado o protocolo, os dez chefes de NRE e as gestoras que fazem parte do Comitê farão uma reunião com os demais gestores, num mesmo dia e horário para apresentação do documento e levantamento de sugestões. Dando continuidade à reunião, a Superintendente abre espaço para que sejam esclarecidas as dúvidas técnicas e apresentadas as sugestões referentes às questões do grupo de risco



apontadas no protocolo. A chefe do NGPE, Márcia Rover, esclarece que o documento norteador para todos os servidores da PMC é o decreto Municipal 430/2020 que traz nos artigos 2º e 3º os procedimentos que devem ser adotados por servidores que tenham a confirmação da contaminação pela COVID-19, ou que tenham estado em contato com pessoas infectadas, apresentando ou não sintomas da doença. Cita o artigo 4º que prevê o afastamento presencial de gestantes e idosos com 65 anos de idade ou mais, e menciona também que todo afastamento deve ser registrado junto à perícia médica. A diretora de Saúde Ocupacional, Maria de Lourdes, ressalta que todo afastamento deve ser ratificado pela Perícia Médica. Esclarece que há dois tipos de afastamento legal, o LTS que afasta das atividades laborais e o afastamento do trabalho presencial que permite a realização do trabalho remoto, mas que todas essas questões são documentadas e registradas na Perícia Médica. Cita o anexo II do decreto que descreve todas as patologias, situações crônicas de saúde, de natureza grave, passíveis de afastamento. Explica que, em posse do laudo do médico assistente, a Perícia irá validar o afastamento, podendo inclusive solicitar exames complementares. Márcia Rover esclarece que lactantes não estão na previsão de afastamentos uma vez que a Licença Gestação compreende o período de seis meses. O diretor do SISMMAC, Wagner Batista, questiona os critérios utilizados no Decreto Municipal uma vez que o corte de faixa etária para idoso é diferente dos demais documentos da OMS. Cita que os critérios de afastamento são muito restritivos, como no caso de hipertensão que só é aceito com outras doenças conjuntas. Afirma que a OMS entende mais que a prefeitura e seus critérios deveriam ser respeitados. Entende que o Comitê tem o dever moral de fazer constar a idade de 60 anos no protocolo para que esses servidores tenham a garantia do não retorno presencial. Questiona se o Comitê e prefeitura se responsabilizarão por possíveis falecimentos de servidores não enquadrados por esse decreto restritivo. A coordenadora do SISMUC, Fabiana Caputti, complementa informando que o documento do MEC também aponta a idade de 60 anos para idosos. A Superintendente reitera que o Protocolo criado pelo Comitê deverá respeitar os Decretos Municipais. Esclarece que os manuais e guias utilizados para subsidiar as discussões são amplos, são elaborados pensando no país de um modo geral, cabendo a cada município fazer as adequações de acordo com sua realidade. A diretora Maria de Lourdes esclarece que, independente da idade, todo servidor que apresentar alguma patologia com



CURITIBA

comorbidade, e encaminhar a avaliação do seu médico, passará por avaliação da perícia. Que a função da perícia é justamente de acolher e avaliar. O diretor de Epidemiologia, Alcides de Oliveira ressalta, em caráter de reflexão, que o próprio estatuto do idoso prevê que este não pode ser discriminado, que há pressupostos legais para que o idoso seja incluído na participação social, seja no ambiente laborativo ou cotidiano, considerando sua capacidade intelectual, ocupacional, psíquica e laboral. Explica que a saúde trabalha com índices de capacidade funcional e que existe um indicador de índice de vulnerabilidade clínico funcional (ICVF20) que classifica os idosos conforme grau de vulnerabilidade. Nessa classificação há o “idoso robusto”, pessoas na idade entre 60 e 65 anos que desenvolvem sua capacidade laborativa, social e intelectual. Traz à reflexão ainda a realidade demográfica brasileira que mostra que os idosos estão vivendo mais e trabalhando por mais tempo, apontando para maior qualidade de vida e expectativa de vida de 76 anos. Destaca que essas nuances variam a cada década e veremos cada vez mais o idoso ativo, produzindo intelectualmente, capaz de desenvolver diversas atividades na sociedade, inclusive laboral. Ressalta que a proteção à vida é a marca maior da saúde, mas que é preciso ter bom senso para entender quais categorias funcionais em que os idosos estão se enquadrando. O diretor Wagner afirma não ter sido compreendido. Esclarece que não solicita a aposentadoria compulsória dos idosos e sim que questiona o afastamento presencial por conta do risco. Afirma ter conhecimento de que estes estão realizando trabalho remoto, que entende que estes têm capacidade laboral e que podem continuar desempenhando suas funções de forma remota. A Superintendente acolhe a preocupação apontada e esclarece que haverá todo um cuidado, que os chefes de núcleo terão clareza dos decretos para orientar os gestores e que, de acordo com cada particularidade, o servidor será avaliado pela Perícia Médica e terá seu afastamento do trabalho presencial ou seu LTS em conformidade com a avaliação médica e pericial. A diretora Maria de Lourdes complementa explicando que não haverá extinção do Decreto e que toda patologia, independente da idade do servidor será considerada e avaliada. Agradece o convite e coloca-se à disposição do Comitê para contribuições que se façam necessárias. A Secretária Maria Sílvia agradece a sua participação e esclarecimentos. Dando continuidade à minuta do protocolo, a Superintendente realiza a leitura dos tópicos referentes ao segmento de crianças/estudantes. Sinaliza o item D para realizar a reescrita.



Explica que os servidores deverão ter um olhar atento e acolhedor aos estudantes em relação ao respeito, evitando que se criem estigmas por conta de espirros ou tosse. Em relação ao item F, fala da importância de se reforçar essas informações e que já foram bastante trabalhadas nas videoaulas no início da pandemia. Acrescenta um item para que o estudante faça uso do seu material individual sem realizar trocas ou empréstimos. Apresenta os anexos que mostram a forma correta de lavar as mãos e ressalta que estes deverão estar expostos em local visível, próximo a pias. A gestora Roberta de Oliveira questiona se há alguma orientação quanto à faixa etária para a obrigatoriedade do uso de máscara, pensando nas crianças de CMEI. O diretor Alcides esclarece que a Sociedade de Pediatria orienta que o uso de máscara seja para crianças acima dos dois anos de idade. A Assessora de Gabinete da SMS, Raquel Cubas, sugere que seja acrescentado um item ao segmento dos estudantes para que estes comuniquem um adulto da unidade escolar sobre possíveis sintomas. Encerradas as discussões, fica acordado que a Superintendente encaminhará o documento por e-mail para que todos realizem a leitura e a validação seja feita na próxima reunião. Após, o documento será encaminhado para o Comitê de Técnica e Ética Médica da PMC e Vigilância Sanitária. O Superintendente Executivo, Oséias de Oliveira, informa que a SME está realizando os trâmites para aquisição de mais de seiscentas mil máscaras para as crianças da educação infantil e estudantes do ensino fundamental I, II e EJA. A diretora de Logística, Maria Cristina relata que foram realizadas reuniões com os departamentos de Educação Infantil e Ensino Fundamental e estabelecidos dez tamanhos diferentes de máscaras para atendimento a este público. A partir dessas informações, foi realizado pregão eletrônico para aquisição das máscaras especificando tamanhos, material (tecido de algodão), cor (branca sem logo), modelo (bico de pato). Esclarece que após homologação do pregão, as empresas vencedoras irão confeccionar as máscaras para então iniciar a entrega. A Superintendente esclarece que optou por não adiar a reunião porque a partir de agora inicia um processo de formalização da escrita do documento para a validação. Deixa acordado que a próxima reunião será na segunda-feira, dia dezanove de outubro, mas, se necessário, irá apresentar proposta de adiamento de data ao grupo. O diretor Wagner cita que não tem nenhum acordo quanto aos critérios de afastamento debatidos e solicita que a Superintendente esclareça sobre as etapas de finalização do documento. Esta reitera que irá finalizar o documento com os



apontamentos realizados nas reuniões, validar com este Comitê e submeter ao Comitê da SMS e Vigilância Sanitária. Ressalta que, antes de publicizar o documento às unidades, este passará pela validação final deste Comitê. O diretor Wagner solicita as atas das reuniões anteriores, já adequadas, corrigidas e citando que o Comitê já teve mais que sete reuniões, está quase se encerrando e ainda não foi disponibilizada nem a ata da primeira reunião. A Superintendente solicita aos que não apontaram a validação nas atas encaminhadas semanalmente, que realizem a validação do bloco das atas 01 a 07 que serão encaminhadas, por e-mail, amanhã. O Diretor Wagner solicita ainda o número de servidores da Educação afastados oficialmente. A Chefe do NGPE, Márcia, orienta que oficialize o pedido à Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal. Finalizando a reunião, a Secretária Maria Sílvia parabeniza o grupo pelas contribuições e discussões, assim como a condução que os superintendentes têm dado a esse trabalho. Agradece os representantes da SMS pelo tempo dedicado, pela parceria e esclarecimentos que muito têm contribuído para as discussões. Sem mais, a Superintendente encerra a reunião. Segue anexa a relação dos participantes.

Anexo I - ATA 08/2020 - Comitê de Estudo e Planejamento para retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Curitiba em decorrência da pandemia de COVID-19 - Relação do Participantes da Reunião:

Nome	Segmento	Observação
Andressa Woellner Duarte Pereira	SGE	Superintendente de Gestão Educacional
Simone Zampier da Silva	DEF	Diretora - Departamento de Ensino Fundamental
Kelen Patricia Collarino	DEI	Diretora - Departamento de Educação Infantil
Angela Cristina Piotto	CEFAR	Coordenadora – Coordenadoria de Equidade, Família e Rede de Proteção
Gislaine Coimbra Budel	DIAEE	Diretora - Departamento de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado
Maria Cristina Brandalize	DEL	Diretora – Departamento de Logística



CURITIBA

Adriano Mario Guzzoni	CRFD	Coordenador – Coordenadoria de Recursos Financeiros Descentralizados
Elizabeth Dubas Laskoski	DPEI	Diretora - Departamento de Planejamento, Estrutura e Informações
Rita Andreia Moro Senco Zem	NRE	Chefe - Núcleo Regional de Educação Pinheirinho
Denise Luciene Lipinski Rutkoski	NRE	Chefe - Núcleo Regional de Educação Santa Felicidade
Andreia do Rocio Marques da Luz	CMAEE	Gestora - CMAEE Prof. ^a Maria Julieta Alves Malty
Giovanna Mlynarczyk Muller	Escolas Municipais	Gestora – Escola Municipal de Educação Especial Ali Bark
Teresinha de Jesus Alves Ribeiro	Escolas Municipais	Gestora - Escola Municipal Santa Ana Mestra – NRE-TQ
Roberta Fabiane de Oliveira	CMEIs	Gestora - CMEI Prof. Osny Dacol – NRE-CJ
Anen Carolina de Souza Pereira	CMEIs	Gestora – CMEI Tiradentes – NRE-BQ
Gisele Pachulski	CMEIs	Gestora - CMEI Ivonete Rosa de Souza – NRE-PN
Alcides Augusto Souto de Oliveira	SMS	Diretor do Centro de Epidemiologia
Márcia do Carmo Lorangeira Rover, representando a Superintendente de Gestão de Pessoal Luciana Varassin	SMAGP	Chefe do NGPE
Maria de Lourdes D'Avila - convidada	SMRH	Diretora do Departamento de Saúde Ocupacional
Franklin Mendes Junior, representando a Superintendente de Administração Alessandra Calado de Melo Paluski	SMAGP	Chefe do NSA
Wagner Rodrigues Batista	SISMMAC	Membro - Diretoria Colegiada
Fabiana Prado Caputti	SISMUC	Coordenação de Administração



CURITIBA

Prefeitura Municipal de Curitiba
Secretaria Municipal da Educação
Superintendência de Gestão Educacional
Av. João Gualberto, 623 - 6.º andar, Torre B
Alto da Glória 80030-000 - Curitiba - PR
Tel. 41 3350-3108
www.curitiba.pr.gov.br

ATA 09/2020 - Comitê de Estudo e Planejamento para retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Curitiba em decorrência da pandemia de COVID-19

Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às quinze horas e trinta minutos, no formato de videoconferência, foi realizada a nona reunião do Comitê de Estudo e Planejamento para retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Curitiba. A Superintendente Andressa Pereira inicia a reunião dando as boas-vindas a todos. Informou que, a partir dos apontamentos recebidos via e-mail, realizou as adequações pertinentes ao Protocolo. Esclarece que a proposta do protocolo é a de apontar as ações/orientações que contemplem todas as unidades, assim, algumas das sugestões apontadas pelo grupo não cabem a este documento podendo ser contempladas em outros documentos como ofício, instrução normativa ou decreto. Informa que a reunião será para dar ciência a todos dos apontamentos recebidos e validar junto ao grupo. Inicia com a solicitação da gestora do CMAEE Prof.^a Maria Julieta Alves Maly, Andreia da Luz, de incluir "CMAEE" em alguns tópicos do documento, juntamente com as demais unidades educacionais. Esclarece que fez a adequação no texto do documento como sugerido. Em relação às colocações da gestora da Escola Municipal de Educação Especial Ali Bark, Giovanna Muller, faz as seguintes colocações: sobre o Ambulatório de Saúde, entende que esse espaço é de responsabilidade do distrito sanitário uma vez que o atendimento é realizado por profissionais da saúde. Entende que deve haver um protocolo específico a ser seguido e que a SME pode intermediar essa aproximação. A gestora Giovana esclarece que utilizam o espaço para atendimentos educacionais também. A Superintendente sugere que seja elaborado um ofício orientador em conjunto com o DIAEE e Saúde. Ressalta que já existem orientações para os espaços de Educação Física. Quanto aos laboratórios (arte, ciências, informática), entende que estes devem seguir os mesmos protocolos de sala de aula. Sugere fazer uma referência de que se considera sala de aula todos os espaços que desenvolvem ações pedagógicas com crianças e estudantes. Em relação às observações feitas pela chefe do Núcleo de Gestão de Pessoal, Márcia Rover, também compreende que o Decreto Municipal 430/2020 ampara o servidor e não a criança/estudante, e fará a correção do texto. Traz os apontamentos realizados pela assessora da SGM, Patrícia Cardoso. Em relação à não interdição dos parquinhos por ser considerado espaço pedagógico, esclarece que nesse primeiro momento o protocolo



CURITIBA

Prefeitura Municipal de Curitiba
Secretaria Municipal da Educação
Superintendência de Gestão Educacional
Av. João Gualberto, 623 - 6.º andar, Torre B
Alto da Glória 80030-000 - Curitiba - PR
Tel. 41 3350-3108
www.curitiba.pr.gov.br

deve pensar em uma organização mais restritiva para que os estudantes e profissionais da unidade se apropriem dessa rotina. Ressalta que é uma responsabilidade muito grande para o gestor, nesse momento, decidir por manter esse espaço aberto ou não, conforme já discutido anteriormente. Reitera que, no decorrer, de forma gradativa, as Comissões Locais poderão reorganizar essas questões pontuais e submeter aos NREs para liberação do espaço. Quanto à lavagem diária de lençóis e cobertores, a Superintendente explica que os CMEIs optam pelo uso individual, mas que é necessário haver uma orientação para lavagem após cada uso pensando em unidades que não consigam disponibilizar o uso individual dos lençóis. Referente ao Ensino Híbrido, esclarece que, diante de um retorno escalonado, as famílias poderão optar pelo estudo presencial ou remoto. Que a SME deve ofertar o ensino seja ele por meio das videoaulas ou presencial e a família garantir o acesso conforme as ofertas. Daí, mantém-se a busca ativa como vem acontecendo nesse momento. Informa que o texto foi adequado no documento para que fique mais claro. Quanto ao uso da máscara, reitera a orientação dos órgãos de pediatria de que há restrição para crianças menores de dois anos de idade. A diretora de Logística, Maria Cristina Brandalize, sugere padronizar, estabelecer um índice único de temperatura a ser considerada como febre. O Diretor do Centro de Epidemiologia, Dr. Alcides de Oliveira, esclarece que o critério para se estabelecer febre é a temperatura de trinta e sete ponto oito graus. Mas, considera importante orientar e sensibilizar os responsáveis para que não levem as crianças para a escola diante de quadros de estado subfebril (acima de trinta e sete ponto dois graus). Em relação aos apontamentos realizados pela coordenadora do SISMUC, Fabiana Caputti, a Superintendente esclarece que não cabe colocar no protocolo o retorno após vacina, pois nem os órgãos de saúde têm essa garantia. Esclarece ainda que o uso da palavra "colaboradores" para se referir aos trabalhadores das empresas terceirizadas é um termo oficial utilizado no contrato. Quanto ao pedido de estabelecer o número de trabalhadores de limpeza condizente com a demanda de cada unidade, explica que não há como fazer referência para cada uma das unidades no protocolo. As adequações se darão no retorno de acordo com o porte das unidades e necessidade do serviço. Quanto ao pedido de acrescentar um item atribuindo à mantenedora o fornecimento das EPIs, a SME já apontou em reuniões anteriores toda aquisição que está sendo feita de forma centralizada, além dos recursos descentralizados que podem ser



CURITIBA

Prefeitura Municipal de Curitiba
Secretaria Municipal da Educação
Superintendência de Gestão Educacional
Av. João Gualberto, 623 - 6.º andar, Torre B
Alto da Glória 80030-000 - Curitiba - PR
Tel. 41 3350-3108
www.curitiba.pr.gov.br

usados para esse fim. Explica que podem surgir outras necessidades no percurso, não sendo prudente o engessamento por meio do registro. Em relação ao fornecimento de garrafas individuais e uniforme para os estudantes, a Superintendente esclarece que não há, pela legislação, obrigatoriedade para uso de uniforme. As escolas têm uma organização junto às famílias, algumas inclusive assistidas pela APPF, pensando na questão da identidade, porém, sem caráter de obrigatoriedade para não ferir o direito de liberdade individual de cada família. Quanto ao material pedagógico, esse é ofertado de acordo com a necessidade de cada atividade a ser desenvolvida. Em relação ao fornecimento de jaleco para os professores, esclarece que não é obrigatório, que o documento deixa aberto para troca e higiene do jaleco ou roupas. O diretor do SISMMAC, Wagner Batista, pede a palavra e diz estar entrando agora na reunião por não ter recebido o link no seu e-mail. A Superintendente esclarece que iniciou com a leitura dos apontamentos dos membros que já estavam na reunião e que pode retomar caso julguem necessário. O diretor Wagner esclarece que SISMUC e SISMMAC fizeram os apontamentos juntos. Dando continuidade, a Superintendente esclarece que não há como apontar no documento questões como falta de água. A diretora Maria Cristina esclarece que a Sanepar afirma que, mesmo com rodízio, as caixas d'água das unidades têm capacidade para mais vinte e quatro horas de abastecimento. Assim, só haverá problema se o racionamento exceder essas vinte e quatro horas. Explica que a Coordenadoria de Obras atende as faltas pontuais providenciando Caminhão Pipa e galões de água. O diretor Wagner reivindica que esteja escrito no protocolo que a SME irá garantir que não haja falta de água nas unidades. A Superintendente Andressa esclarece que o foco deste documento é a orientação da ação, que é possível registrar no protocolo, nas atribuições dos gestores, a orientação de que, na falta de água, estes deverão comunicar a mantenedora imediatamente ou antecipadamente para providências. Diretor Wagner afirma que a PMC deve se organizar e fornecer o Caminhão Pipa se antecipando à falta d'água. O Superintendente Oséias de Oliveira esclarece que há uma programação da Sanepar, mas, que a capacidade do reservatório das unidades dá conta do rodízio. Ressalta que, diante do uso consciente de água, não é viável sair distribuindo água sem a real necessidade. Que as questões pontuais devem ser comunicadas como já ocorre. Em relação a adequações físicas nas escolas, a Superintendente esclarece que dentro do



CURITIBA

Prefeitura Municipal de Curitiba
Secretaria Municipal da Educação
Superintendência de Gestão Educacional
Av. João Gualberto, 623 - 6.º andar, Torre B
Alto da Glória 80030-000 - Curitiba - PR
Tel. 41 3350-3108
www.curitiba.pr.gov.br

programa escola Bem Cuidada está ocorrendo adequações nas unidades escolares. Os gestores devem apontar suas necessidades para que a coordenadoria de obras faça a verificação e adote as providências necessárias. Ressalta que novas necessidades serão apontadas pela Comissão Local, mas, são questões pontuais, não cabendo ao protocolo. Em relação ao pedido de especificar os responsáveis pela higiene dos espaços e brinquedos, a Superintendente reitera que a responsabilidade é coletiva, que está posto no protocolo dentro de cada atribuição, mas que todos devem entender que o respeito deve ser coletivo e a responsabilidade compartilhada. A coordenadora Fabiana pede a palavra para defender seus apontamentos. Esclarece que solicitou que fique especificado que a mantenedora irá fornecer os EPIs porque há gestoras de CMEIS que não estão comprando material pedagógico para elaboração das atividades complementares justificando que estão adquirindo EPIs para organização da unidade. O Coordenador de Recursos Financeiros Descentralizados, Adriano Guzzoni, afirma ter como gerar relatório para saber como o gestor empregou o recurso. A Chefe do Núcleo de Educação, Rita Zem, ressalta que precisa haver uma conversa com esses gestores, pois há unidades que não usaram nem dez por cento dos recursos. A Superintendente Andressa ressalta que as unidades receberam EPIs e kits bem robustos de materiais de limpeza/higiene. Explica que essa aquisição só foi possível devido à pandemia, que em outros momentos caracterizaria duplicidade de uso do dinheiro público. Informa que há um planejamento para garantia desses materiais para o próximo ano para que o Fundo Rotativo seja utilizado em outras necessidades mais pontuais. Solicita que o SISMUC oficialize a denúncia apontando as unidades para que os gestores sejam orientados e auxiliados, se necessário. Quanto ao fornecimento dos painéis de acrílico para a secretaria das unidades, ressalta que estes têm custo baixo e podem ser adquiridos com a quinta parcela do Fundo Rotativo. O diretor Wagner afirma que a compra em grande quantidade reduz o valor. A Superintendente explica que os orçamentos para processos licitatórios acabam tendo valores maiores que se negociado diretamente com pagamento à vista. O Superintendente Oséias complementa explicando que cada unidade tem sua especificidade o que inviabiliza um processo licitatório. Ressalta que será aberto esse item para compra com recursos descentralizados. Reitera que ainda no início de novembro, as unidades estarão recebendo a quinta parcela do Fundo Rotativo. O Coordenador Adriano informa que o



CURITIBA

Prefeitura Municipal de Curitiba
Secretaria Municipal da Educação
Superintendência de Gestão Educacional
Av. João Gualberto, 623 - 6.º andar, Torre B
Alto da Glória 80030-000 - Curitiba - PR
Tel. 41 3350-3108
www.curitiba.pr.gov.br

governo federal anunciou o pagamento de uma parcela extra do PDDE Básico à título de ação emergencial, destinado para preparo do retorno presencial nas unidades. A coordenadora Fabiana retoma a questão da falta de água por conta dos rodízios da Sanepar ressaltando que considera importante que conste no protocolo as orientações para o gestor. A Superintendente acolhe o apontamento e informa que fará a inserção no documento. Quanto ao número de servidores da limpeza, a diretora Maria Cristina esclarece que hoje, esse número está muito reduzido por não haver estudantes. No retorno, com o número de estudantes reduzido à metade, o aporte de pessoal para limpeza será adequado às necessidades, ao atendimento das ações previstas no protocolo. O diretor Wagner argumenta que irá reduzir o número de estudantes, mas não os espaços a serem limpos. Considera arriscado não haver uma previsão mesmo porque a prioridade do protocolo é a limpeza. A diretora do Departamento de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado, Gislaine Coimbra Budel, ressalta que estamos trabalhando com hipóteses para organização do trabalho de forma que ofereça o menor risco para todos e, considerando que o retorno será escalonado e com todos os cuidados básicos de higiene, a “sujeira” ocasionada por grande fluxo de pessoas não irá existir. Afirma, pela vivência nas unidades escolares, que a carga de trabalho será menor apesar de a indicação de maior frequência na limpeza dos espaços. Diante do questionamento da Superintendente, a diretora Maria Cristina explica que há duas modalidades de contrato de limpeza, um por metro quadrado e outro por posto de serviço que é regido pela periodicidade da limpeza. Explica que, nesse momento, sem a presença das crianças/estudantes, esses profissionais já estão experimentando esse trabalho na escola com as mudanças que se fazem necessárias. A Superintendente informa que está realizando a adequação no item 2.4 conforme solicitado pela coordenadora Fabiana, relativo ao distanciamento social. Em relação ao apontamento sobre CMEIs em que os vasos sanitários estão sem tampa, a Superintendente ressalta que é uma questão de gestão, que o Fundo Rotativo autoriza a aquisição, mas, que, se a verba da unidade não dá conta, a gestora deve sinalizar para a equipe de logística do NRE. Quanto ao pedido de que conste no protocolo o número de fiscais da URBS, a Superintendente esclarece que o protocolo é da Educação e que esta é responsável pelo transporte de acesso escolar e SITES, e que não há como deliberar sobre outros órgãos. Lembra que na reunião com os representantes da URBS ficou



CURITIBA

Prefeitura Municipal de Curitiba
Secretaria Municipal da Educação
Superintendência de Gestão Educacional
Av. João Gualberto, 623 - 6.º andar, Torre B
Alto da Glória 80030-000 - Curitiba - PR
Tel. 41 3350-3108
www.curitiba.pr.gov.br

acordado que a SME encaminhará o protocolo como sugestão para que, dentro da sua organização, faça um documento orientativo. O diretor Wagner ressalta que considera imprescindível que a Prefeitura se responsabilize pela fiscalização do transporte escolar através de documento oficial. Sugere que a representante da SGM leve isso para sua Secretaria. Acredita que, se este Comitê não tem poder para deliberar sobre isso, não será o Comitê Local que dará conta disso. A Superintendente esclarece que o Comitê Local deve denunciar as irregularidades verificadas para que os órgãos competentes tomem as providências. Em relação ao desmembramento das funções do gestor e do pedagogo nas atribuições, sugerido pelos sindicatos, a Superintendente entende que é possível e informa que fará a adequação no documento. Quanto ao pedido de cancelamento dos eventos previstos em calendário e abertura virtual da escola, a Superintendente relembra que para a abertura das escolas haverá um decreto e que este será seguido. Ressalta que a rotina do mundo mudou, que os eventos serão preferencialmente virtuais e que, quando presenciais, estarão seguindo todos os protocolos de distanciamento social. Informa que essa questão pode ser retomada e apontada na construção do calendário escolar. Quanto ao apontamento de que a mantenedora deverá garantir suporte com internet para comunicação virtual, a superintendente reitera que situações pontuais deverão ser encaminhadas ao CTDI e ICI. Em relação à organização da equipe de profissionais para organização dos espaços antes do retorno das crianças/estudantes, a Superintendente reitera o que foi discutido em reuniões anteriores de que antes do retorno a SME fará a formação para os NREs e estes para os gestores. E antes do retorno dos estudantes, os gestores farão a formação com os profissionais e as famílias e a finalização da organização dos espaços. Em relação ao grupo de risco, o diretor Wagner reivindica que haja uma votação entre os membros do Comitê, pois entende que não há um consenso e que não irá assinar um protocolo com restrição inferior à dos protocolos do MEC e OMS. Entende que a Prefeitura está se contradizendo quando aponta a idade de sessenta e cinco anos para grupo de risco no decreto enquanto que a resolução da SMS orienta cuidados para idosos a partir de sessenta anos. Entende que cabe uma responsabilização pelo falecimento de servidores com idade entre sessenta e sessenta e cinco anos, lactantes e hipertensos uma vez que não há um acordo sobre isso. A Superintendente ressalta que se deve seguir a legislação vigente. Explica que a legislação nacional dá a



CURITIBA

Prefeitura Municipal de Curitiba
Secretaria Municipal da Educação
Superintendência de Gestão Educacional
Av. João Gualberto, 623 - 6.º andar, Torre B
Alto da Glória 80030-000 - Curitiba - PR
Tel. 41 3350-3108
www.curitiba.pr.gov.br

possibilidade de os estados e municípios adequarem à sua realidade, e o município de Curitiba tem um decreto que legisla sobre isso. A chefe do NGPE, Márcia Rover, ressalta que há diversos servidores entre sessenta e sessenta e cinco anos em efetivo exercício, portanto, essa não é uma discussão que cabe ao protocolo, não há como ter duas linhas de critérios, uma para os profissionais da educação e outra para as demais carreira. Entende que é uma discussão que precisa envolver a Secretaria de Administração de Pessoal, pois o decreto foi criado a partir de discussões entre as diferentes secretarias. O Dr. Alcides ressalta que somos cumpridores da lei e a lei municipal fala em sessenta e cinco anos, assim, não vê como criar um protocolo que diverge da legislação. Entende que não há espaço, nesse documento, para essa discussão. Que a discussão é válida, mas em outros foros, por outros mecanismos, que o decreto pode ser sim discutido e quem sabe revisto, mas que não cabe ao protocolo. Reitera a fala da Superintendente de que a legislação vigente é o Decreto 430/2020 e que o STF delega aos municípios essa possibilidade de adequação de acordo com suas realidades e especificidades. A Superintendente complementa que um protocolo de uma secretaria não pode sobrepor um decreto municipal. Abre a votação através do chat, numa perspectiva de diálogo e não para alterar o protocolo que continua seguindo o Decreto. O diretor Wagner aponta para o texto do protocolo que se refere ao uso do jaleco. A Superintendente acolhe e fará a adequação para que fique claro que não há a obrigatoriedade do uso. Em relação ao apontamento dos sindicatos sobre a busca ativa, a Superintendente esclarece que a responsabilidade é coletiva, mas que fará a adequação no texto para que fique claro que o professor comunica a equipe pedagógica e esta fará os encaminhamentos. Acata ainda a sugestão de incluir os apoios pedagógicos que atuam nos CMEIs no segmento dos secretários escolares. Em relação ao escalonamento, a Superintendente esclarece que deverá haver um documento específico para que tanto os gestores quanto as famílias possam se organizar. O diretor Wagner questiona qual será o procedimento em caso de COVID na escola. A Superintendente esclarece que deve ser seguida a mesma lógica seguida hoje para os servidores lotados nas unidades. Os gestores informam os chefes de NRE e estes contatam o Distrito Sanitário que fará as orientações de todo o protocolo. Esclarece que essa prática já acontece em casos de meningite e outras doenças contagiosas. A coordenadora Fabiana sugere readequar os segmentos de representantes



CURITIBA

Prefeitura Municipal de Curitiba
Secretaria Municipal da Educação
Superintendência de Gestão Educacional
Av. João Gualberto, 623 - 6.º andar, Torre B
Alto da Glória 80030-000 - Curitiba - PR
Tel. 41 3350-3108
www.curitiba.pr.gov.br

no item da Comissão Local por conta das especificidades de CMEIs e CMAEEs. O diretor Wagner defende e reivindica que conste no protocolo que o retorno presencial somente acontecerá após a vacina. A Superintendente Andressa se posiciona enquanto gestora ressaltando que não há como apontar em um documento o que não se pode garantir. Destaca que não há certeza em relação à vacina no país e no mundo. Que nem os cientistas têm uma certeza ainda. O Dr. Alcides dá uma explicação técnica sobre as fases para validação de uma vacina ressaltando que não há como prever quando haverá uma vacina validada pela Anvisa, qual a eficácia, quais as reações e os grupos que serão priorizados. Lembra ainda que não estão sendo feitos estudos e testagem das vacinas em crianças. Ressalta que não há como prever também o término da pandemia, mas, que todas as medidas devem ser tomadas para prevenção, em termos de cuidados sanitários visando o controle da doença. Encerra sua fala parabenizando todos os profissionais da Educação pelo trabalho que estão desenvolvendo nessa pandemia, saindo da zona de conforto, se reinventando e levando educação de qualidade para as crianças/estudantes. O diretor Wagner reitera que a vacinação deve ser um critério para o retorno presencial, ao menos para o grupo de risco e para os profissionais que estarão em trabalho efetivo. A assessora Patrícia justifica seu apontamento em relação ao parquinho e sugere que seja privilegiado o uso dos espaços ao ar livre nas unidades. Ressalta ainda que o protocolo não pode ficar estagnado, que deve ser adequado às necessidades das unidades ou mudanças de bandeiras. A Superintendente considera importante essa colocação e sugere colocar uma nota de rodapé no protocolo informando que está sujeito a adequações. Agradece em seu nome e em nome da Secretária a participação e contribuição de todos. Reitera que, após validação da SMS, o grupo se reunirá para ciência e posterior publicação do protocolo. O Superintendente Oséias agradece aos representantes de cada segmento pela valerosa contribuição que culminou no protocolo. Entende que Curitiba teve um avanço bem significativo em relação às discussões que estão acontecendo no Estado todo. A Superintendente Andressa complementa informando que outros municípios já solicitaram este protocolo para subsidiar suas discussões. Ressalta que o documento não foi compartilhado, mas que, após validado, poderá balizar discussões. Agradece e parabeniza a cada um individualmente. Sem mais, encerra a reunião. Segue anexa a relação dos participantes.



CURITIBA

Prefeitura Municipal de Curitiba
Secretaria Municipal da Educação
Superintendência de Gestão Educacional
Av. João Gualberto, 623 - 6.º andar, Torre B
Alto da Glória 80030-000 - Curitiba - PR
Tel. 41 3350-3108
www.curitiba.pr.gov.br

Em tempo, sobre a “votação” realizada no chat referente à idade para o grupo de risco, com exceção do diretor do SISMMAC, Wagner Batista, e da coordenadora do SISMUC, Fabiana Caputti, todos os demais membros do Comitê, presentes na reunião, se manifestaram favoráveis a seguir o disposto no Decreto Municipal 430/2020 (anexo II). Ainda em tempo, segue anexo o e-mail encaminhado a todos os membros do comitê com o link para participação na reunião a fim de comprovar a comunicação a todos (anexo III).

Anexo I - ATA 09/2020 - Comitê de Estudo e Planejamento para retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Curitiba em decorrência da pandemia de COVID-19 - Relação do Participantes da Reunião:

Nome	Segmento	Observação
Oseias Santos de Oliveira	SME-E	Superintendente Executivo
Andressa Woellner Duarte Pereira	SGE	Superintendente de Gestão Educacional
Simone Zampier da Silva	DEF	Diretora - Departamento de Ensino Fundamental
Kelen Patricia Collarino	DEI	Diretora - Departamento de Educação Infantil
Angela Cristina Plotto	CEFAR	Coordenadora – Coordenadoria de Equidade, Família e Rede de Proteção
Gislaine Coimbra Budel	DIAEE	Diretora - Departamento de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado
Maria Cristina Brandalize	DEL	Diretora – Departamento de Logística
Adriano Mario Guzzoni	CRFD	Coordenador – Coordenadoria de Recursos Financeiros Descentralizados
Elizabeth Dubas Laskoski	DPEI	Diretora - Departamento de Planejamento, Estrutura e Informações
Rita Andreia Moro Senco Zem	NRE	Chefe - Núcleo Regional de Educação Pinheirinho
Denise Luciene Lipinski Rutkoski	NRE	Chefe - Núcleo Regional de Educação Santa Felicidade



CURITIBA

Prefeitura Municipal de Curitiba
Secretaria Municipal da Educação
Superintendência de Gestão Educacional
Av. João Gualberto, 623 - 6.º andar, Torre B
Alto da Glória 80030-000 - Curitiba - PR
Tel. 41 3350-3108
www.curitiba.pr.gov.br

Andreia do Rocio Marques da Luz	CMAEE	Gestora - CMAEE Prof. ^a Maria Julieta Alves Malty
Giovanna Mlynarczyk Muller	Escolas Municipais	Gestora – Escola Municipal de Educação Especial Ali Bark
Oreste Galastri Junior	Escolas Municipais	Gestor - Escola Municipal São Miguel – NRE-CIC
Teresinha de Jesus Alves Ribeiro	Escolas Municipais	Gestora - Escola Municipal Santa Ana Mestra – NRE-TQ
Elisângela de Fatima Ribeiro de Andrade	Escolas Municipais	Gestora - Escolas Municipal Heráclito Fontoura Sobral Pinto – NRE-BN
Gisele Pachulski	CMEIs	Gestora - CMEI Ivonete Rosa de Souza – NRE-PN
Roberta Fabiane de Oliveira	CMEIs	Gestora - CMEI Prof. Osny Dacol – NRE-CJ
Anen Carolina de Souza Pereira	CMEIs	Gestora – CMEI Tiradentes – NRE-BQ
Eliana Cristina Mansano	CME	Presidente – Conselho Municipal de Educação
Patrícia Lee Goes Cardoso	SGM	Secretária do Governo Municipal
Alcides Augusto Souto de Oliveira	SMS	Diretor do Centro de Epidemiologia
Raquel Ferraro Cubas	SMS	Assessora do Gabinete
Márcia do Carmo Lorangeira Rover, representando a Superintendente de Gestão de Pessoal Luciana Varassin	SMAGP	Chefe do NGPE
Wagner Rodrigues Batista	SISMMAC	Membro - Diretoria Colegiada
Fabiana Prado Caputti	SISMUC	Coordenação de Administração

Anexo II - ATA 09/2020 - Comitê de Estudo e Planejamento para retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Curitiba em decorrência da pandemia de COVID-19 – Print do chat da reunião:



Mensagens na chamada



Seguir o Decreto 430



Secretaria de Saude de Curitiba 1 min
seguir o decreto 430



Roberta Oliveira 1 min
Seguir o documento vigente (Decreto 430/2020).
Se futuramente houver alteração no documento
(Decreto), atualiza-se este protocolo.



Marcia do Carmo Larangeira Rover 1 min
Seguir Decreto 430



Kelen Patricia Collarino Agora
seguir o decreto 430/2020



Maria Cristina Brandalize Agora
Atender o Decreto Municipal 430/20



Patricia Lee Agora
Entendo que a classe de professores devem
seguir as mesmas normas dos demais servidores
municipais. Caso seja necessário mudança,
essa discussão deve ser feita junto ao grupo de
construção do Decreto municipal. Lembramos
que o executivo deve ser Lembro que o principio
da impessoalidade dee ser mantido aqu também.
Sendo assim seguir o Decreto vigente sempre.,



Simone Zampier da Silva Agora
Protocolo de acordo com o Decreto 430/2020.

Envie a mensagem





Mensagens na chamada



Simone Zampier da Silva 13 min

Protocolo de acordo com o Decreto 430/2020.



Historias da Giovana Zem 9 min

Seguir decreto 430



oreste galastri 8 min

Seguir o decreto 430



Gio Muller 7 min

Seguir o Decreto vigente



Andreia do Rocio Marques da Luz 7 min

Seguir o Decreto 430



Gisele Pachulski 7 min

Seguir o decreto 430/2020



CMEI Tiradentes SME 6 min

Seguir o decreto vigente.



Wagner Batista 6 min

importante constar na ata o nome e qual a posição declarada sobre o afastamento do grupo de risco



Gislaine Coimbra Budel 2 min

Protocolo de acordo com o Decreto 430/2020.

Envie a mensagem





Mensagens na chamada



CIVIL FIDUCIARIES CIVIL 20 min

Seguir o decreto vigente.



Wagner Batista 19 min

importante constar na ata o nome e qual a posição declarada sobre o afastamento do grupo de risco



Gislaine Coimbra Budel 15 min

Protocolo de acordo com o Decreto 430/2020.



Oséias Oliveira 8 min

Seguir o Decreto 430 considerando ser este o ato que normatiza a a questão.



Wagner Batista 6 min

defende que se respeite os critérios da OMS Aafastando das atividades presenciais maiores de 60 anos, lactantes e hipertensos, mesmo sem outras comorbidades. Discordo do decreto municipal que é mais restritivo que isso e vai colocar na linha de frente trabalhadores que de fato são grupo de risco.

defendo*



Fabiana Prado Caputti Agora

discordo do decreto Municipal, defendo que se respeite os critérios da OMS, MEC e mesmo a Resolução nº 1, de 16 de abril de 2020 da Secretaria Municipal de Saúde (SMS)



Gislaine Coimbra Budel Agora

Quem faz parte do grupo de risco também está amparado pelo Decreto.

Envie a mensagem





CURITIBA

Prefeitura Municipal de Curitiba
Secretaria Municipal da Educação
Superintendência de Gestão Educacional
Av. João Gualberto, 623 - 6.º andar, Torre B
Alto da Glória 80030-000 - Curitiba - PR
Tel. 41 3350-3108
www.curitiba.pr.gov.br

Anexo III - ATA 09/2020 - Comitê de Estudo e Planejamento para retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Curitiba em decorrência da pandemia de COVID-19 – E-mail encaminhando link para participação na reunião:

link 28/10/2020

De : Superintendencia de Gestao Educacional
<sgesme@curitiba.pr.gov.br>

qua, 28 de out de 2020 15:00

📎 1 anexo

Assunto : link 28/10/2020

Para : Rutkoski, Denise <derutkoski@curitiba.pr.gov.br>, Adriano Mario Guzzoni <aguzzoni@curitiba.pr.gov.br>, Alcides Augusto Souto de Oliveira <alcoliveira@sms.curitiba.pr.gov.br>, andreiapoio@hotmail.com, Andressa Woellner Duarte Pereira <andressapereira@curitiba.pr.gov.br>, anencsouza@educacao.curitiba.pr.gov.br, Alessandra Calado de Melo Paluski <apaluski@curitiba.pr.gov.br>, Angela Cristina Piotto <apiotto@sme.curitiba.pr.gov.br>, Elizabeth Dubas Laskoski <elaskoski@curitiba.pr.gov.br>, Elisangela de Fatima Ribeiro de Andrade <elisangandrade@sme.curitiba.pr.gov.br>, escola alibark <escola.alibark@gmail.com>, fcaputti@sme.curitiba.pr.gov.br, Franklin Mendes Junior <fmendes@curitiba.pr.gov.br>, Gislaine Coimbra Budel <gibudel@curitiba.pr.gov.br>, giomuller0105@gmail.com, gipachulski@gmail.com, karlacavalli12@gmail.com, Kelen Patricia Collarino <kecollarino@curitiba.pr.gov.br>, Luciana Varassin <lvarassin@curitiba.pr.gov.br>, Maria Cristina Brandalize <mbrandalize@curitiba.pr.gov.br>, Marcia do Carmo Lorangeira Rover <mrover@curitiba.pr.gov.br>, ogalastrijunior@yahoo.com.br, Patricia Lee Goes Cardoso <pcardoso@curitiba.pr.gov.br>, Raquel Ferraro Cubas <rcubas@sms.curitiba.pr.gov.br>, rofabioliveira@hotmail.com, Rita Andreia Moro Senco Zem <rzem@sme.curitiba.pr.gov.br>, Simone Zampier da Silva <simonezsilva@curitiba.pr.gov.br>, sismuc@sismuc.org.br, thekaribeiro@hotmail.com, wagnerbatistaprof@gmail.com, emansano <emansano@educacao.curitiba.pr.gov.br>

Cc : Lorena Aparecida Gritz <lgritz@curitiba.pr.gov.br>

Boa tarde!

Encaminhamos o link para acesso à reunião.

Data: 28/10/2020

Horário: 15:30

Link: <https://meet.google.com/jvw-dwex-xmt>

Atte.,

LORENA GRITZ

Assistência

Superintendência de Gestão Educacional
Secretaria Municipal da Educação
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
Contato: (41) 3350-3108



LORENA GRITZ

Assistência

Superintendência de Gestão Educacional
Secretaria Municipal da Educação
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
Contato: (41) 3350-3108



Lorena (2).PNG

31 KB

Re: Minuta do Protocolo

De : Wagner Batista <wagnerbatistaprof@gmail.com>
Assunto : Re: Minuta do Protocolo

qua, 28 de out de 2020 15:51

📎 1 anexo

Para : Superintendencia de Gestao Educacional
<sgesme@curitiba.pr.gov.br>

Cc : Denise Luciene Lipinski Rutkoski
<derutkoski@curitiba.pr.gov.br>, Adriano Guzzoni
<aguzzoni@curitiba.pr.gov.br>, Alcides Oliveira
<alcoliveira@sms.curitiba.pr.gov.br>, andreiaipoio
<andreiaipoio@hotmail.com>, Andressa Pereira
<andressapereira@curitiba.pr.gov.br>, anencsouza
<anencsouza@educacao.curitiba.pr.gov.br>, Alessandra
Paluski <apaluski@curitiba.pr.gov.br>, Angela Piotto
<apiotto@sme.curitiba.pr.gov.br>, Elizabeth Laskoski
<elaskoski@curitiba.pr.gov.br>, Elisangela Andrade
<elisangandrade@sme.curitiba.pr.gov.br>, Eliana Cristina
Mansano <emansano@curitiba.pr.gov.br>, escola alibark
<escola.alibark@gmail.com>, Fabiana Prado Caputti
<fcaputti@sme.curitiba.pr.gov.br>, Franklin Junior
<fmendes@curitiba.pr.gov.br>, Gislaine Budel
<gibudel@curitiba.pr.gov.br>, giomuller0105
<giomuller0105@gmail.com>, gipachulski
<gipachulski@gmail.com>, karlacavalli12
<karlacavalli12@gmail.com>, Kelen Collarino
<kecollarino@curitiba.pr.gov.br>, Luciana Varassin
<lvarassin@curitiba.pr.gov.br>, Maria Brandalize
<mbrandalize@curitiba.pr.gov.br>, Marcia Rover
<mrover@curitiba.pr.gov.br>, ogalastrijunior
<ogalastrijunior@yahoo.com.br>, Patrícia Cardoso
<pcardoso@curitiba.pr.gov.br>, Raquel Cubas
<rcubas@sms.curitiba.pr.gov.br>, rofabioliveira
<rofabioliveira@hotmail.com>, Rita Zem
<rzem@sme.curitiba.pr.gov.br>, Simone Zampier da Silva
<simonezsilva@curitiba.pr.gov.br>, SISMUC
<sismuc@sismuc.org.br>, thekaribeiro
<thekaribeiro@hotmail.com>

Não recebi link da reunião do Comitê que seria hj as 15h30. A reunião foi cancelada ?

Wagner Batista - SISMMAC

Em qua., 28 de out. de 2020 às 15:31, Wagner Batista <wagnerbatistaprof@gmail.com> escreveu:
Boa tarde. Em anexo apontamentos sobre o protocolo feito conjuntamente pelo SISMMAC e
SISMUC.

Wagner Batista - SISMMAC

Em sex., 23 de out. de 2020 às 17:40, Superintendencia de Gestao Educacional

<sgesme@curitiba.pr.gov.br> escreveu:

Boa tarde

Segue em anexo a minuta do "PROTOCOLO PARA REABERTURA DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CMEIs, CMAEES E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA" para análise dos membros do Comitê.

Lembramos que a próxima reunião acontecerá nos dia 28/10/2020, quarta-feira, às 15h30.

LORENA GRITZ

Assistência

Superintendência de Gestão Educacional
Secretaria Municipal da Educação
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
Contato: (41) 3350-3108

